DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXIII

Florianópolis, 1º de agosto de 1956

NUMERO 5.669

GOVERNO DO ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 72

O Governador do Estado, no uso das suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, do Decreto n. 990, de 22 de novembro de 1955,

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, ao Poder Judiciário, o crédito de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00), suplementar às seguintes verbas do orçamento vigente:

07 — SECRETARIA E CARTÓRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
Verba 07-2-078	Cr\$ 150.000,00
Verba 07-2-082	Cr\$ 350.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 31 de julho de 1956.

JORGE LACERDA
Hercílio Deeks

Decreto de 4 de julho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE:

Promover, por merecimento:

De acordo com o art. 54, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Fábio Bastos Silva, do cargo da classe H da carreira de Auxiliar de Coletoria, do Quadro Único do Estado, com exercício na Coletoria Estadual de Tijucas, ao cargo da classe J dessa carreira, vago em virtude da transferência de Hélio Manoel de Souza.

Decretos de 19 de julho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:

De acordo com o art. 15, item IV, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Bernardino Subtil Corrêa para exercer, interinamente, o cargo da classe H da carreira de Auxiliar de Coletoria, do Quadro Único do Estado, criado pela Lei n. 1.447, de 4 de abril último.

Remover, por permuta:

De acordo com o art. 76, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Albertina Fernandes da Costa, ocupante do cargo da classe I da carreira de Escriturário, do Quadro Único do Estado, da Secretaria da Educação e Cultura para o Tesouro do Estado, onde está lotada Urânia Livramento.

Decretos de 24 de julho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder aposentadoria:

De acordo com o art. 198, combinado com o art. 199, item I, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, e Parecer Cespe — 1832/56: A Joaquim Santos, ocupante da função de Eletricista, referência X, com exercício no Serviço de Luz e Força, com o provento mensal de dois mil cento sessenta e sete cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 2.167,20).

Conceder exoneração:

De acordo com o art. 95, § 1º, alínea a, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Maria da Aparecida Silva Klingeifus, Professora Normalista, classe H, do Quadro Único do Estado (Gr-

po Escolar "Prof. Germano Timm", de Joinville).

A Izélia Padoin, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Professora Nila Sardá", de Forquilha, distrito e município de Criciúma), a contar de 15 de fevereiro de 1956.

A Raquel Maria Boeing, Professora Normalista, classe H, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Rui Barbosa", de Joinville).

A Leony Lourdes de Souza, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Campo das Flores, município de Ituporanga).

A Erecê Stephanes de Oliveira, Professora Normalista, classe H, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Felipe Schmidt", de São Francisco do Sul).

A Manoel Padilha da Igreja, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Prof. Antonia Machado Cubas", de Ibiã, município de Tangará).

A Neide Mastella, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Rio Cedro Alto, distrito de Nova Venéza, município de Criciúma).

Classificar:

De acordo com o art. 17, da Lei n. 53, de 30-12-955:

Euclides Simões de Almeida, Major da Polícia Militar do Estado, nas funções de Inspetor de Destacamento.

Olivério José de Carvalho Costa, Major da Polícia Militar do Estado, nas funções de Comandante do Batalhão de Infantaria.

Paulo Samy, Major da Polícia Militar do Estado, nas funções de Fiscal Administrativo.

Designar:

Carolina Maria das Neves, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas Prof. Rodolfo Kollenberg, de Lajeado Mariano, município de Piratuba), para ter exercício na Escola de Mosquito Grande, distrito e município de Rio do Sul.

Orta Fernandes do Amaral, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Braço Baú, distrito de Ilhota, município de Itajaí), para ter exer-

cício no Grupo Escolar "Virgílio Varzea, de Itaiópolis.

Maria Câmara de Souza Avila, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Serriaria Santa Teresinha, distrito de Rio das Antas, município de Caçador), para ter exercício na Escola isolada de Retiro, distrito e município de Jaguaruna, a contar de 20 de fevereiro de 1956.

Léa Schramm, Professora Normalista, classe H (Grupo Escolar "Prof.ª Marta Tavares", de Rio Negrinho), para ter exercício no Grupo Escolar Sagrado Coração de Jesus, de Canoinhas, enquanto durar o afastamento de professora Gessi Ranck.

Maria Alice Matieliz, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas de Passo do Gado, município de Tubarão), para ter exercício no Grupo Escolar "Coronel Pedro Cristiano Feddersen", de Itoupava, município de Blumenau.

Jurema Gastaldão, Regente de Ensino Primário, padrão M, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Prof. Djalma Bento", de Rio Rufino, distrito de Urupema, município de São Joaquim), para ter exercício no Grupo Escolar "Padre Miguel Ciaeca", de Rio Mainá, distrito e município de Criciúma, a contar de 2 de maio de 1956.

Valdira Corrêa, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Ernestina Chapot Camargo", de Matos Costa, município de Pôrto União), para ter exercício na Escola isolada de Araponguinhas, distrito e município de Timbó, a contar de 20 de fevereiro de 1956.

Amélia Hermenegildo da Rosa, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "José Clemente Pereira", de Nova Bremen, município de Ibirama), para ter exercício no Grupo Escolar Júlia Miranda de Souza, de Navegantes, município de Itajaí.

Tornar sem efeito:

O Decreto de 7-2-956, que nomeou, por concurso, Maria Helena Silva, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Prof. Carlos Techentin", de Passo Manso, município de Blumenau), por não ter assumido o exercício no prazo legal.

O Decreto de 7-2-956, que nomeou, por concurso, Maria Damiani, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Gramado dos Leites, distrito de Ibiracé, município de Joaçaba), por ter saído em duplicata.

O Decreto de 7-2-956, que nomeou, por concurso, Judith Fernandina Salvador, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Prof. Ivone Ribeiro", distrito de Arabutã, município de Concórdia), por não ter assumido o exercício.

O Decreto de 16-2-956, que nomeou, por concurso, Judith Schultz para exercer o cargo da classe H, da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Francisco Isabel", da vila de Buenos Aires, município de Mafra), por ter

sido a professora em aprêço nomeada por outro decreto.

O Decreto de 7-5-956, que nomeou, por concurso, Hilda Leonor Moratel, para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Prof. João Batista Becker", de Azambuja, município de Tubarão), por ter sido nomeada por outro decreto.

O Decreto de 7-2-956, que nomeou, por concurso, Adir Maria dos Santos para exercer o cargo de Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de "Ribeirão do Campo", distrito de dr. Pedrinho, município de Rodéio), por ter saído em duplicata.

Decreto de 27 de julho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear:

De acordo com o art. 173, parágrafo único, combinado com o art. 174, da Lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952:

Zilmarina da Silva Eckert para, com atribuição de fazer reconhecimento de letra e firma, exercer o cargo de Escrevente Juramentado do Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Protestos em Geral, da comarca de Mondai, cujo serventuário vitalício é José Edgar Eckert.

Portaria de 5 de junho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença, em prorrogação:

De acordo com o art. n. 162, alínea a, combinado com o art. 111, item V, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Armando Feijó, ocupante da função de Trabalhador, referência V, com exercício na Diretoria da Produção Animal, de 30 dias, com vencimento integral, a partir de 7 de abril do corrente ano.

Portarias de 12 de junho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença-prêmio:

De acordo com o art. n. 178, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949: A Mário dos Santos, ocupante da função de Encarregado de Serviço, referência XIV, com exercício no Serviço de Luz e Força, de um ano, correspondente aos decênios compreendidos de 23 de fevereiro de 1934 e 23 de fevereiro de 1954.

Conceder licença:

De acordo com o art. n. 172, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Leny Leal, ocupante do cargo da classe J, da carreira de Estatístico-Auxiliar, do Quadro Único do Estado, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, de seis meses, sem vencimentos.

Portaria de 16 de junho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença-prêmio:

De acordo com o art. n. 178, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A João Paulo Correia, ocupante da função de Encarregado de Serviço, referência XV, com exercício na Penitenciária do Estado, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 1º de abril de 1945 e 1º de abril de 1955.

As assinaturas do "DIARIO OFICIAL" poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares	Cr\$ 150,00
Funcionários	Cr\$ 120,00

Para facilitar aos senhores assinantes, vai impressa junto ao endereço, a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida. Pede-se o obrigo de renová-la com antecedência de 30 dias. Serão aceitos para publicação so-

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO

DIARIO OFICIAL

DIRETOR
PAULO HENRIQUE BLASI

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138
Telefones: Director — 3079. Portaria — 2688

mente originais datilografados de um emendas e rasuras que nos mesmos só lado do papel e autenticados, res-se verificarem. salvadas, por quem de direito, as A comunicação do preço é feita por

telegrama, somente sendo levado a publicação, após haver a Tesouraria recebido a importância relativa. As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Secção de Redação, no máximo, até cinco dias depois da saída do jornal. As Repartições Públicas deverão providenciar para que a matéria destinada à publicidade seja entregue com um dia de antecedência.

Portaria de 20 de junho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Licenciar:
De acordo com o art. n. 162, alínea b, combinado com o art. n. 111, item V, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:
A Alcides Hermógenes Ferreira, ocupante do cargo de Chefe de Secção, padrão Y, do Tesouro do Estado, por sessenta dias, com vencimento integral, a partir de 16 de junho do corrente ano.

Portaria de 26 de junho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença-prêmio:
De acordo com o art. n. 178, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:
A Satorator dos Santos Botelho, ocupante do cargo da classe K, da carreira, extinta, de Motorista, do Quadro Único do Estado, com exercício na Diretoria de Obras Públicas, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 1º de janeiro de 1946 e 1º de janeiro de 1956.

Portaria de 3 de julho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença-prêmio:
De acordo com o art. n. 178, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:
A João Cirilo Vela, ocupante da função de Caixa Cobrador, referência XVII, com exercício no Serviço de Luz e Força, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 1º de outubro de 1943 e 1º de outubro de 1953.

Portarias de 18 de julho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:
Alayde Ferreira da Silva, ocupante do cargo da classe I, da carreira de Escriurário, do Quadro Único do Estado, lotada na Secretaria da Agricultura, para, pelo prazo de um (1) ano, ter exercício na Diretoria de Obras Públicas.

Dispensar:
Ivone de Freitas Ferrette, ocupante do cargo da classe "J", da carreira de Escriurário, do Quadro Único do Estado, do exercício no Centro de Saúde de Joaçaba. (Reproduzido por ter saído com incorreção).

Portaria de 19 de julho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:
Oswaldo Calixto de Lima, ocupante do cargo de Administrador, padrão M, do Quadro Único do Estado, para, pelo prazo de dois (2) anos, ter exercício na Penitenciária do Estado.

Portarias de 24 de julho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença-prêmio:
De acordo com o art. n. 178, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, e parecer CESPE-1705/56:
A Euclides Purificação de Almeida, ocupante do cargo de Almoxarife, classe A, do Departamento de Estradas de Rodagem, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 13 de abril de 1935 e 13 de abril de 1945.

Conceder licença:

De acordo com o art. 163, da Lei n. 249, de 12-1-49:
A Cecy Gonçalves Póvoas, ocupante do cargo da classe J, da carreira de Escriurário, do Quadro Único do Estado, de noventa dias, com vencimento integral, a contar de 9 de julho do corrente ano.

Dispensar:

João Pickarzewicz das funções de segundo suplente do Sub-delegado de Polícia do distrito de Valões, no município de Porto União.

Mancel Pantaleão Vieira, 3º Sargento da Polícia Militar do Estado, das funções de Sub-delegado de Polícia do distrito de Penha, no município de Itajaí.

Caulindo Rabêlo, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escola isolada de Boa Vista, distrito de Cerro Negro, município de Lajes), do exercício na Escola isolada de Morro Chato, distrito de Timbé, município de Turvo, por ter sido designado para outro estabelecimento.

Vilma José de Souza, Professora Normalista, classe H, do Quadro Único do Estado (Grupo Escolar "Floriano Peixoto", de Itajaí), do exercício no Serviço Eleitoral da 13ª Zona, da cidade de Florianópolis, a contar de 14 de janeiro de 1956, por ter sido designado para outra repartição.

Amélia Hermenegildo da Rosa, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "José Clemente Pereira", de Nova Bremen, município de Ibirama), do exercício nas Escolas Reunidas Dr. Alexandre Konder, de Cordeiros, município de Itajaí, por ter sido designada para outro estabelecimento.

Antinésca Finésia Dal Farra, Professora Complementarista, referência VII, efetiva (Escola isolada de Fazenda do Arvoredo, distrito de Abelardo Luz, município de Xanxerê), do exercício nas Escolas Reunidas "Prof. Anália Venturini Pelegrin", de São Marcos, município de Criciúma, por ter sido designada para outro estabelecimento.

Jurema Gastaldão, Regente de Ensino Primário, padrão F, do Quadro Único do Estado (Escolas Reunidas "Prof. Djalma Bento", de Rio Rufino, distrito de Urupema, município de São Joaquim), do exercício do Grupo Escolar "Lucas Bez Batti", de Santana, município de Urussanga, por ter sido designada para outro estabelecimento.

Portarias de 25 de julho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:
O Diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, Engenheiro Carlos Büchele Junior, para Delegado do Governo do Estado junto à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, a realizar-se no Rio de Janeiro no mês de agosto próximo.

Carlos Büchele Júnior, Diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, Walter Fernando Piazzza, Geógrafo, no exercício do cargo de Diretor de Viação e Obras Públicas, Francisco Kazuhiko Takeda, Geógrafo e Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Geógrafo do Conselho Nacional de Geografia à disposição do Diretório Regional de

IMPRESA OFICIAL

AVISO

Acham-se retidas na Tesouraria, aguardando pagamento, conforme comunicação telegráfica aos interessados, publicações destinadas ao "Diário Oficial" e remetidas pelas seguintes firmas e sociedades:

De Blumenau:
Bar, Confeitaria e Restaurante Socker S. A. e Indústria Vahldieck S. A.
De Curitiba:
Cine Teatro Monte Castelo S. A. e Força e Luz Curitibaense S. A. (duas).
De Joinville:
Centro de Engenheiros de Joinville, Laboratório Vieira Ltda. e Usina Metalúrgica Joinville S. A.
De Criciúma:
União Comercial S. A. (duas), S. A. São João Indústria e Comércio, Máquina Sul Catarinense S. A. Indústria e Comércio.
Do Rio do Teste:
Indústrias de Artefatos de Barro S. A., Indústrias Reunidas Rio do Teste S. A.
De outros lugares:
Beneficiamento de Arroz Ltda. — Taub. Clube Guaicará — Timbó. Cine Itajaí S. A. — Itajaí. Empresa de Eletricidade, Luz e Força — Araranguá. Indústria e Comércio Germano Schroeder S. A. — Rio do Sul. IAPETC — Florianópolis. Jalmeit T. de Almeida — Porto União. Símbolo do Sul Centro Espirita — Joaçaba. União Lajeana de Estudantes — Lajes. Indústria e Comércio Aurora S. A.

SECÇÃO DE CLICHÉS

A administração da Imprensa Oficial avisa aos interessados que, doravante, encomendas de clichés serão aceitas somente mediante pagamento antecipado, e, ainda, que em face do excessivo aumento do preço dos materiais que entram na sua confecção, viu-se obrigada a aumentar para Cr\$ 2,00 o preço do centímetro quadrado. Esta deliberação não comporta exceções.

Geografia, para, na qualidade de observadores do Estado, comparecerem ao XVIII Congresso Internacional de Geografia, a realizar-se, em agosto do corrente ano, na Cidade do Rio de Janeiro.

Portarias de 26 de julho de 1956

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:
De acordo com o art. n. 124, inciso 2º, combinado com o art. n. 99, inciso XIII, da Lei n. 249, de 12-1-1949:
Luiz Eugênio Beirão, Diretor de Administração, padrão "Z", com exercício na Secretaria da Agricultura, para, pelo período de quatro meses e meio, a partir de 1º de agosto do

corrente ano, fazer o Curso na Escola Brasileira de Administração da Fundação Getúlio Vargas, em virtude de aprovação nos exames eliminatórios a que foi submetido, mediante uma gratificação de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00) mensais, por conta daquela Instituição.

Conceder licença:

De acordo com o art. n. 162, alínea a, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:
Aurélia Locks, ocupante do cargo da classe H, da carreira de Enfermeiro-Visitador, do Quadro Único do Estado, lotado no Centro de Saúde de Blumenau, por 90 dias, sendo 60 dias com vencimento integral e 30 com desconto de 1/3 de vencimento e a contar de 10 do corrente mês.

SECRETARIAS DE ESTADO

SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

Requerimentos despachos

MES DE JULHO

DIA 14

143 — Pedro Xavier & Cia. — Pague-se a quantia de Cr\$ 1.980,00.

664 — Ivo Bianchini — Pague-se a quantia de Cr\$ 30.040,00.

DIA 17

85 — Carboni & Irmãos — Pague-se a quantia de Cr\$ 2.240,00.

109 — Carlos Maria da Silva — Concedo 90 dias de licença.

114 — Filomeno & Cia. — Pague-se a quantia de Cr\$ 3.490,00.

140 — Eletro-Técnica Indústria e Comércio S. A. — Pague-se a quantia de Cr\$ 495,00.

145 — Ulissés, Gentil & Cia. Ltda. — Pague-se a quantia de Cr\$ 85,00.
159 — Jorge Yersin Lage — Interne-se na Colônia Santana, a sra. Nancy Cunha Yersin. (2.257)

161 — Martinho de Souza Avila — Interne-se na Colônia Santana, o sr. João José da Silva.

167 — Filomeno & Cia. — Pague-se a quantia de Cr\$ 3.728,00.
3 — Nelma Alves da Silva — Concedo licença de 30 dias.
71 — José Alves de Souza — Concedo 60 dias de licença.

A IMPRENSA OFICIAL TEM À VENDA

Legislação do Estado, de 1940 a 1955 (exceto dos anos de 1943 e 1944), cada volume, Cr\$ 30,00.
Jurisprudência, anos de 1953 e 1954, cada volume, Cr\$ 50,00.

Orçamentos do Estado, de 1946 a 1955, cada volume, Cr\$ 30,00.

Decretos-Leis do ano de 1938
Decretos, Resoluções e Portarias do ano de 1938
Decretos, Leis do ano de 1939
(Cr\$ 30,00 cada volume)

Código do Processo Civil
Lei Orgânica dos Municípios (ano de 1947)
Código Tributário do Mun. de Fpolis. ano de 1948
Lei de Organização Judiciária (ano de 1940)
Regimento Interno da Câmara Municipal de Florianópolis

Código da Polícia Militar
Lei de Organização Judiciária (ano de 1952)

Código de Posturas
Lei Orgânica do Ministério Público
(Cr\$ 10,00 cada volume)

Lei n. 2.550 — preço de cada exemplar Cr\$ 2,00
Fichas para Salário-família — Cr\$ 1,00 cada ficha

37 — Maria de Lourdes Fernandes — 5 — domingo — Farmácia Esperança
Concedo 30 dias de licença em prorrogação. — Rua Conselheiro Mafra.
28 — Ulissés, Gentil & Cia Ltda — 11 — sábado (tarde) — Farmácia
Pague-se a quantia de Cr\$ 2.260,00. Nelson — Rua Felipe Schmidt.
25 — Drogaria e Farm. Catarinense — 12 — domingo — Farmácia Nelson —
Pague-se a quantia de Cr\$ 44.910,00. Rua Felipe Schmidt.
9 — Syriaco T. Atherino e Irmãos — 18 — sábado (tarde) — Farmácia Moderna —
Pague-se a quantia de Cr\$ 3.583,00. Rua João Pinto.
158 — Tereza Locks — Concedo 30 dias de licença. — Rua João Pinto.
75 — Eletro Técnica Ind. e Comércio S/A. — Pague-se a quantia de Cr\$ 11.478,00. 25 — sábado (tarde) Farmácia Santo Antônio — Rua Felipe Schmidt, 43.
79 — Banco Nacional do Comércio S/A — Pague-se a quantia de Cr\$ 6.602,70. 26 — domingo — Farmácia Santo Antônio — Rua Felipe Schmidt, 43.
O serviço noturno será efetuado pelas farmácias Stº Antônio e Noturna, situadas às ruas Felipe Schmidt, 43 e Trajano.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

Plantões de Farmácias

MÊS DE AGOSTO

4 — sábado (tarde) — Farmácia Esperança — Rua Conselheiro Mafra.

A presente tabela não poderá ser alterada sem prévia autorização deste Departamento.
Departamento de Saúde Pública, em julho de 1956.
Luiz Olivaldo d'Acâmpora, inspetor de Farmácias.

FAZENDA

TESOURO DO ESTADO

SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE

MOVIMENTO DA TESOURARIA, EM 28 DE JULHO DE 1956

Saldo do dia 27, em caixa	Cr\$ 2.955.563,40
Recebimentos	355.081,50
	Cr\$ 3.310.644,90
Pagamentos	Cr\$ 365.334,60
Saldo para o dia 30, em caixa	2.945.310,30
	Cr\$ 3.310.644,90

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos especiais	Depósitos div. orig.	Montepio	Total
Tesouraria	1.653.218,70	51.677,30	778.932,90	461.481,40	2.945.310,30
Em bancos	7.139.561,90	49.625.442,90	14.865.117,60	466.180,50	72.096.302,90
TOTAIS	8.792.780,60	49.677.120,20	15.644.050,50	927.661,90	75.041.613,20

MOVIMENTO DA TESOURARIA, EM 30 DE JULHO DE 1956

Saldo do dia 28, em caixa	Cr\$ 2.945.310,30
Recebimentos	1.076.122,20
	Cr\$ 4.021.432,50
Pagamentos	Cr\$ 1.152.440,90
Saldo para o dia 31, em caixa	2.868.991,60
	Cr\$ 4.021.432,50

NOTICIÁRIO

INICIO DA COLONIZAÇÃO JAPONESA EM SANTA CATARINA

Deverão chegar a esta Capital, procedentes de São Paulo, 30 dos mais destacados elementos da Colônia Japonesa radicados no Estado de São Paulo, os quais, a convite do Governador Jorge Lacerda, e representando a Companhia de Colonização do Japão, mantiveram entendimentos com o diretor de Terras e Colonização, dr. Alvaro Lobo, afim de estudar a possibilidade de localização de 200 famílias em Santa Catarina.

Em nosso Estado devem esses elementos credenciados permanecer por 5 dias, em visita a várias zonas do litoral catarinense, principalmente na área do município da Palhoça onde está projetada a grande colonização com aqueles elementos do Japão.

D. ANSELMO PIETRULLA

Em audiência especial o Governador Jorge Lacerda recebeu, ante-ontem, a tarde, no salão-de-honra, S. Excia. Revma. D. Anselmo Pietrulla, Bispo de Tubarão. O Chefe do Executivo manteve cordial palestra com o ilustre prelado, durante longo tempo.

COMISSAO DE GASPAR

O Chefe do Governo recebeu também o sr. Durval Rodolfo Pamplona, Prefeito de Gaspar, o qual estava acompanhado dos srs. dr. Hélio Fontes, dr. Romeu Pereira e sr. Leonardo Pamplona, tendo sido tratado assunto da administração daquele primeiro município.

AUDIÊNCIAS

Em audiência foram recebidos, ante-ontem, os srs. dr. Mário Ferreira, Diretor do Serviço de Endemias do Estado, dr. José da Silva Fontes e dr. Orly Furtado.

"DIA DO SENTENCIADO"

O Governador Jorge Lacerda fêz-se representar, hoje, nas festividades realizadas na Penitenciária do Estado, pelo seu ajudante-de-ordens, Cap. Walmer de Aguiar Borges.

O Secretário da Segurança Pública, dr. Pelágio Parigot de Souza e o Secretário do Interior e Justiça, dr. Brazílio Celestino de Oliveira, também participaram das comemorações.

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelecimentos	DO ESTADO	Depósitos especiais	Depósitos div. orig.	Montepio	Total
Em bancos	1.538.780,30	51.677,30	800.542,10	477.991,90	2.868.991,60
Tesouraria	6.411.996,90	49.625.442,90	14.865.117,60	466.180,50	71.368.737,90
TOTAIS	7.950.777,20	49.677.120,20	15.665.659,70	944.172,40	74.237.729,50

Flávio Filomeno
Encar. do Controle

Francisco Gouvêa, Sub-diretor.

Acácio Mello
Tesorero

SEGURANÇA PÚBLICA

INSPETORIA DE VEÍCULOS E TRANSITO PÚBLICO

Portaria de 28 de julho de 1956

O INSPETOR GERAL RESOLVE:
Transcrever o art. 98, do C. N. T. e a respectiva infração, art. 141, inciso 6, parágrafo único, para que seja observado pelos srs. proprietários de veículos com a devida atenção:

Art. 98 — A fixação, das placas de identificação será por meio de paraísos ou rebites, em lugar visível, afastado da extremidade do cano de descarga, devendo a repartição competente selá-las a chumbo.

§ 1º — As placas não poderão ser retiradas de um veículo para outro senão pela repartição competente.

§ 2º — Excetuam-se do disposto neste artigo as placas móveis de experiência.

Art. 131 — A retirada do veículo da circulação dar-se-á:

6 — por mau estado de conservação e segurança, quando não cumprida a intimação da autoridade para repará-lo.

Parágrafo único — A placa de identificação reputar-se-á falsa ou inutilizada, sempre que estiver viciada ou violado o respectivo selo.

I. V. T. P., em Florianópolis, 28 de julho de 1956.

Cumpra-se.

Júlio Campos Gonçalves, inspetor geral.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Ata da 43ª sessão ordinária, realizada a 24 de julho de 1956

Presidência: Excelentíssimo senhor doutor João Bayer Filho.

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, na sala das sessões do edifício do Tribunal de Contas do Estado, nesta capital do Estado de Santa Catarina, reuniu-se, em sessão ordinária, o egrégio Tribunal de Contas, com a presença dos excelentíssimos senhores juizes Monseñor Pascoal Gomes Librelotto, vice-presidente, doutor João José de Souza Cabral, Nelson Keltor Stoeterau, Vicente João Schneider, Leopoldo Olavo Erig e Nereu Corrêa de Souza, sob a presidência do excelentíssimo senhor doutor João Bayer Filho. Estava presente o excelentíssimo senhor procurador doutor Abelardo Rupp. Lida a ata da sessão anterior, foi a mesma, sem discussão, aprovada e em seguida assinada pelos presentes. Na hora do expediente, foi lido um officio da Associação Irmão Joaquim, em que comunica a eleição e posse da nova diretoria daquela instituição de caridade — a agradecer e arquivar. Logo após foi facultada a palavra para breves comuni-

cações, não havendo quem dela quisesse fazer uso. Em seguida foram assinados os seguintes acordãos: 1º) Processo de empenho para adiantamento n. 4. Relator: Excelentíssimo senhor juiz Vicente João Schneider. Origem: Secretaria da Segurança Pública — Polícia Militar — Fiscalização Administrativa. Importância: Cr\$ 1.376.995,90. Responsável: José Felix Vieira, 2º Tenente Tesoureiro. 2º) Processo de prestação de contas n. 9/56. Relator: Excelentíssimo senhor juiz Vicente João Schneider. Origem: Tribunal de Contas do Estado. Importância: Cr\$ 373.636,80. Responsável: Dalva Conti Felício, Assistente, padrão K. 2º) Processo de prestação de contas n. 10/56. Relator: Excelentíssimo senhor juiz Leopoldo Olavo Erig. Origem: Tribunal de Contas do Estado. Importância: Cr\$ 279,80. Responsável: Dalva Conti Felício, Assistente, padrão K. 4º) Processo de prestação de contas n. 11/56. Relator: Excelentíssimo senhor juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Tribunal de Contas do Estado. Importância: Cr\$ 139,90. Responsável: Dalva Conti Felício, Assistente, padrão K. Na ordem do dia, foram julgados os seguintes processos em pauta, com dispensa de publicação, concedida nos tér-

mos do artigo 51, § 1º, do Regimento Interno: 1º) Processo de empenho para adiantamento n. 7. Relator: Excelentíssimo senhor juiz Leopoldo Olavo Erig. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 61.939,40. Responsável: Arnaldo A. Ca Luz, Almojarife, classe K; aprovado e mandado registrar. 2º) Processo de empenho para adiantamento n. 10. Relator: Excelentíssimo senhor juiz Nereu Corrêa de Souza. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Hospital Colônia Santana. Importância: Cr\$ 28.000,00. Responsável: Eugênio Vecchietti, Administrador do Hospital Colô-

nia Santana — aprovado e mandado registrar. E, nada mais havendo a tratar, o excelentíssimo senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra para a próxima quinta-feira, dia 26, à hora habitual, do que, para constar, eu, Ernani Bayer, Assistente Auxiliar, padrão H, deste egrégio Tribunal de Contas, servindo de secretário do Plenário, lavrei a presente ata. (Assinados) João Bayer Filho, Mons. Pascoal Gomes Librelotto, João José de Souza Cabral, Nelson Heitor Stoeterau, Vicente João Schneider, Leopoldo Olavo Erig, Nereu Corrêa de Souza, Abelardo Rupp, proc.

(5.402)

REPARTIÇÕES FEDERAIS E AUTARQUICAS

MINISTERIO DA MARINHA

COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL

Edital de concorrência pública

Levo ao conhecimento dos interessados que o exmo. sr. Contra-Almirante Comandante do 5º Distrito Naval anulou a concorrência pública, realizada em 16 de julho do corrente ano, em conformidade com o edital publicado no "Diário Oficial" do Santa Catarina, nos dias 11, 18, 19 e 25 de junho de 1956, para construção de três (3) residências para oficiais, na cidade de Uruguaiana — Rio Grande do Sul, tendo s. excia. determinado que até às 15,00 horas do dia 20 de agosto do corrente, serão aceitas propostas para nova concorrência.

Os interessados poderão receber cópias do edital, projetos e especificações, na sede do Comando do 5º Distrito Naval.

Florianópolis, S. C., em 31 de julho de 1956.

Dario Crocacia de Moraes, capitão-de-fragata, chefe do Estado Maior. (3-1) (2.824)

CAPITANIA DOS PORTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Edital

De ordem do sr. Capitão dos Portos e em cumprimento ao determinado pela Diretoria de Portos e Costas, torna público, a quem interessar possa, que estarão abertas, nesta Capitania, de 1º a 31 de agosto próximo futuro, as inscrições para os exames do Pessoal da Marinha Mercante, das categorias seguintes: Mestre de pequena cabotagem, contramestre 1º condutor-maquinista, 1º condutor-motorista, 2º condutor-maquinista, 2º condutor-motorista, condutor-motorista, patrão de pesca, prático do porto, praticante de prático do porto, arrais, mestre amador, eletrcista.

Na secretaria desta repartição, serão prestadas aos interessados as necessárias informações.

Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 25 de julho de 1956

Regino Antunes Maciel, oficial administrativo, classe H. (5.320)

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO

16ª DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO

Edital n. 19/56

Deve apresentar sua defesa ao protocolo da 16ª Delegacia Regional do Trabalho, sita à Praça Pereira Oliveira — edificio IPASE — nesta capital, dentro do prazo de cinco (5) dias úteis, a contar desta publicação, conforme preceitua o artigo 629 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, a seguinte firma:

Sociedade Carbonífera Rio Salto Ltda, estabelecida no município de Urussanga, neste Estado. Infração dos arts. 41 e 416 da C. L. T.; art. 94. Co decreto-lei n. 7.035, de 10/11/1944 e arts. 13 e 1º, da

portaria n. 39, de 19/5/1950. Autos de infração ns. 3.339 e 1.343.

Paulo Marino Leite, fiscal do Trabalho. Visto: Em 30/7/1956.

Waldir Rosa, Delegado Regional substituto. (538)

14º BATALHÃO DE CAÇADORES

Aspirantes a Oficial R/2, que concluíram o curso do C. P. O. R./5ª, nos anos de 1955, 1954 e 1953

Convocação

Em obediência às instruções para a convocação de aspirantes a Oficial da Reserva de - classe, aprovadas pela portaria n. 109, de 4 de junho de 1956, do exmo. sr. Ministro da Guerra, serão convocados para estágio regulamentar, no ano de 1956, os aspirantes a Oficial oriundos do C. P. O. R., que concluíram o curso nos anos de 1955, 1954 e 1953. O estágio a que se refere a presente convocação terá a duração de 3 (três) meses, com caráter compulsório, como preceitua o decreto-lei número 4.271/42.

Os Aspirantes a Oficial que, sem motivo justo, deixarem de atendê-la, ficarão sujeitos às sanções do parágrafo único do artigo 3º, do decreto-lei número 4.271/42.

Em consequência, deverão apresentar-se, no Quartel General da 5ª Região Militar, 2ª Seção do Serviço Militar Regional, até o dia 31 de agosto do corrente ano, os Aspirantes a Oficial R/2 abaixo:

Infantaria:

Os que concluíram o C. P. O. R. no ano de 1955 e que ainda não se apresentaram e os que concluíram o C. P. O. R. no ano de 1953.

Artilharia:

Os que concluíram o C. P. O. R. no ano de 1954 e que não foram convocados para o estágio no ano de 1955.

Quartel em Florianópolis, 24 de julho de 1956.

Virgínio Cordeiro de Mello, Coronel Comandante do 14º B. C. e G. M. Flópolis. (5.258)

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

Aviso

O Delegado Regional do Instituto Nacional do Pinho em Santa Catarina, pelo presente, avisa aos senhores industriais madeireiros que, as informações de que necessitarem sobre qualquer assunto atinente à indústria madeireira, serão prestadas gratuitamente por esta Delegacia sem qualquer onus para a parte interessada, estando, somente, sujeito ao pagamento de emolumentos, conforme tabela abaixo, os registros transferência de propriedade, alteração da razão social, mudança de localidade, su-

bstituição de máquina ou força motriz e emissão de certificado de registro e certidões.

Tabela

Registro — Cr\$ 200,00.
Transferência de propriedade — Cr\$ 50,00.
Alteração da razão social — 50,00.
Mudança da localidade — Cr\$ 50,00.

Substituição de máquina — Cr\$ 25,00.
Substituição de força motriz — Cr\$ 25,00.
Emissão do certificado de registro ou certidão (selos e emolumentos) Cr\$ 28,00.
Joinville, ... de julho de 1956.
Augusto Cesar Seára Guimarães, delegado regional. (2710)

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FLORIANÓPOLIS

DIRETORIA DA FAZENDA

MOVIMENTO DA TESOURARIA, EM 9 DE JULHO DE 1956

Saldo do dia 7 (em caixa) Cr\$ 450.707,50

RECEBIMENTOS

RECEITA ORÇAMENTARIA

Arrecadação 139.236,20
Depositantes de dinheiro 17.263,60

Cr\$ 607.207,30

PAGAMENTOS

DESPESA ORÇAMENTARIA

Educação Pública 8.204,50
Serviços industriais 10.165,50
Serviços de Utilidade Pública 101.748,50
Encargos diversos 23.958,50
Depositantes de dinheiro 20,00
BALANÇO 463.110,30

Cr\$ 607.207,30

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Na Tesouraria Cr\$ 463.110,30
No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/movimento 103.896,40
No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/aviso prévio 191.882,30
No Banco Nacional do Paraná — Santa Catarina S. A. 443,10
No Banco Nacional do Comércio 754,70
Na Caixa Econômica Federal c/empréstimo 2.514,70

Cr\$ 670.352,10

Prefeitura do Município de Florianópolis, em 9 de julho de 1956.

M. C. Cardoso Mário Lobo Tesoureiro
Enc. do Contrôlo Visto — Raimundo Alves, Diretor. (2806)

MOVIMENTO DA TESOURARIA, EM 10 DE JULHO DE 1956

Saldo do dia 9 (em caixa) Cr\$ 463.110,30

RECEBIMENTOS

RECEITA ORÇAMENTARIA

Arrecadação 34.000,10
Depositantes de dinheiro 1.647,80

Cr\$ 548.758,20

PAGAMENTOS

DESPESA ORÇAMENTARIA

Educação Pública 6.335,40
Serviços de Utilidade Pública 9.290,00
Encargos diversos 5.368,80
Depositantes de dinheiro 220,00
BALANÇO 527.544,00

Cr\$ 548.758,20

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Na Tesouraria Cr\$ 527.544,00
No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/movimento 11.646,40
No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/aviso prévio 191.882,30
No Banco Nacional do Paraná — Santa Catarina S. A. 443,10
No Banco Nacional do Comércio 754,70
Na Caixa Econômica Federal c/empréstimo 2.514,70

Cr\$ 734.785,80

Prefeitura do Município de Florianópolis, em 10 de julho de 1956.

M. C. Cardoso Mário Lobo Tesoureiro
Enc. do Contrôlo Visto — Raimundo Alves, Diretor. (2807)

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DA OITAVA REGIÃO

Edital

Pelo presente torna público que o sr. Francisco Weiland requereu a este Conselho, o seu registro como construtor de casas de madeira, a título precário, para o município de São Carlos, Estado de

Santa Catarina, de acordo com o parágrafo único do artigo 5º, do decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Ficam, pois, convidados os profissionais interessados, já registrados neste Conselho, a se pronunciarem a respeito, para o que lhes é concedido o prazo de 30 dias, a contar da publicação do presente edital. Porto Alegre, 28 de junho de 1956.

Felício Lemieszek, presidente. (3-1) (2.805)

**ESTATUTOS DO FIGUEIRENSE
FUTEBOL CLUBE**

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração, fins e patrimônio

Art. 1º — O Figueirense Futebol Clube, neste estatuto chamado Figueirense, é uma sociedade civil, fundada em 12 de junho de 1921, na cidade de Florianópolis, onde tem sede e fóro, com personalidade jurídica distinta da dos seus sócios, os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela sociedade.

Art. 2º — A sociedade, cujo prazo de duração é indeterminado, tem por fim:

I — desenvolver a educação física em todas as modalidades;

II — promover reuniões e diversões de caráter desportivo, social, cultural e cívico.

Art. 3º — O patrimônio do Figueirense é constituído pelos bens móveis, imóveis, direitos e ações que possua.

Art. 4º — No caso de dissolução do Figueirense, seu patrimônio será distribuído "pro-rata" entre os sócios proprietários, os grandes beneméritos, os beneméritos e os fundadores.

CAPÍTULO II

Do quadro social

Art. 5º — Os sócios dividem-se, sem distinção de sexo, em titulados, contribuintes e atletas.

Art. 6º — Só poderá ser sócio do Figueirense, quem:

I — gozar de bom conceito social;

II — não exercer ou não tiver exercido profissão ilícita;

III — não sofrer de doença contagiosa;

IV — apresentar, sendo menor, autorização paterna ou do responsável legal.

SEÇÃO I

Dos sócios titulados

Art. 7º — Os sócios titulados dividem-se em:

I — Grandes Beneméritos;

II — Beneméritos;

III — Honorários;

IV — Proprietários.

§ 1º — Os títulos I a III só podem ser conferidos pelo conselho deliberativo.

§ 2º — Os sócios titulados estão isentos, individualmente, de contribuição pecuniária de caráter permanente.

SEÇÃO II

Da administração na classe de titulados

Art. 8º — Será Grande Benemérito o sócio Benemérito a quem aquele título for conferido pelo conselho deliberativo, em atenção a serviços relevantes que tenha continuado a prestar ao Figueirense.

Art. 9º — A proposta para Grande Benemérito será apresentada ao conselho deliberativo pelo conselho diretor, ou por cinco (5) membros daquele poder.

Art. 10 — O título será conferido se a proposta for aprovada pela metade e mais um da totalidade dos membros do conselho, em escrutínio secreto.

Art. 11 — Será Benemérito o sócio a quem esse título for conferido pelo conselho deliberativo, em atenção a serviços relevantes ao Figueirense.

Art. 12 — A proposta para Benemérito será apresentada ao conselho deliberativo pelo conselho diretor, ou por cinco (5) membros daquele poder, e será processada na forma do art. 10.

Parágrafo único — Serão, desde já, independente de apreciação ou aprovação pelo conselho deliberativo, considerados Beneméritos, os fundadores constantes dos livros, documentos ou papéis oficiais que tratam da fundação do Figueirense, e que não tenham se afastado do seu quadro social até esta data.

Art. 13 — Será sócio Honorário, a pessoa a quem esse título for conferido pelo conselho deliberativo, como homenagem excepcional ou em reconhecimento a relevantes serviços prestados ao Figueirense.

Art. 14 — A proposta para sócio Honorário deverá ser apresentada ao conselho deliberativo pelo conselho diretor, e será processada na forma do art. 10.

Art. 15 — Será sócio Proprietário quem, possuindo um título, tiver sua proposta para sócio aprovada de acordo com as exigências deste estatuto.

Art. 16 — Os títulos de proprietários são nominativos, pagos em moeda corrente e transferíveis por atos inter vivos ou causa-mortis, observadas as restrições deste estatuto.

Art. 17 — A transferência de título dependerá da prévia aprovação do conselho diretor e pagamento da taxa de 20% sobre o valor nominal; quando de pais para filhos, a taxa será reduzida para 10%.

Parágrafo único — A proposta prévia será assinada pelo sócio e o candidato a transferência e, se aprovada, instruirá o processo de admissão ou transferência de classe.

Art. 18 — Nas transferências causa-mortis, se o conselho diretor se opuser à admissão do herdeiro ou legatário, será ele indenizado pelo valor da avaliação do título no inventário, dentro do prazo de 60 dias, a contar da data do pedido de transferência, salvo se preferir transferi-lo a terceiros.

Parágrafo único — Aos herdeiros necessários e ao cônjuge sobrevivente não será cobrada taxa alguma.

Art. 19 — Para ser sócio proprietário não haverá limite de idade, mas o sócio só ficará investido dos respectivos direitos quando completar 18 anos.

Parágrafo único — Sem prejuízo do disposto sobre a transferência e a isenção de contribuintes pecuniárias individuais permanentes, os direitos e obrigações do sócio proprietário, até completar 18 anos, serão regulados, conforme a idade, pelos que couberem aos sócios infantis ou juvenis.

Art. 20 — O sócio proprietário, se eliminado do quadro social, poderá transferir o seu título, observadas as disposições estatutárias.

Art. 21 — O Figueirense terá 500 sócios proprietários e cada título o valor de Cr\$ 6.000,00.

SEÇÃO III

Dos sócios contribuintes e quadro de atletas

Art. 22 — Os sócios contribuintes dividem-se em:

I — Efetivos;

II — Efetivos-atletas;

III — Juvenis;

IV — Juvenis-atletas;

V — Infantis;

VI — Infantis-atletas;

VII — Infantis-escoteiros;

VIII — Temporários.

Art. 23 — Os sócios efetivos-atletas, juvenis-atletas, infantis-atletas e infantis-escoteiros, constituirão o quadro de atletas do Figueirense.

Parágrafo único — Os sócios titulados e pessoas de família dos sócios, poderão pertencer ao quadro de atletas, sujeitos aos mesmos deveres previstos no estatuto e no regulamento das atividades desportivas.

SEÇÃO IV

Da admissão, permanência, transferência e readmissão do sócio contribuinte

Art. 24 — Para ser aceito como sócio efetivo é preciso:

a) ser proposto por um sócio titulado, efetivo ou efetivo-atleta;

b) atender às condições previstas no art. 6º;

c) ter mais de 18 anos de idade;

d) obrigar-se ao pagamento da jóia de Cr\$ 200,00 e, adiantadamente, da mensalidade de Cr\$ 20,00.

§ 1º — Será facultado o pagamento

da jóia em 4 prestações mensais e sucessivas.

§ 2º — O sócio efetivo que permanecer ininterruptamente nesta classe durante 30 anos, sem sofrer punição, terá sua mensalidade reduzida de 50%.

Art. 25 — Para ser aceito como sócio efetivo-atleta é preciso:

a) ser proposto por um sócio titulado, efetivo ou efetivo-atleta;

b) atender às condições previstas no art. 6º;

c) ter mais de 18 anos de idade e possuir requisitos físicos e aptidão para o desporto que pretenda praticar;

d) obrigar-se ao pagamento, adiantadamente, da mensalidade de Cr\$ 10,00.

Art. 26 — Para ser aceito como sócio juvenil é preciso:

a) ser proposto por um sócio titulado, efetivo ou efetivo-atleta, juvenil ou juvenil-atleta;

b) atender às condições previstas no art. 6º;

c) ter mais de 15 anos e menos de 18 anos;

d) obrigar-se ao pagamento da jóia de Cr\$ 50,00 e, adiantadamente, da mensalidade de Cr\$ 10,00.

Art. 27 — Para ser aceito como sócio juvenil-atleta é preciso:

a) ser proposto por um sócio titulado, efetivo ou efetivo-atleta, juvenil ou juvenil-atleta;

b) atender às condições previstas no art. 6º;

c) ter mais de 15 anos e menos de 18 anos e possuir requisitos físicos e aptidão para o desporto que pretenda praticar;

d) obrigar-se ao pagamento, adiantadamente, da mensalidade de Cr\$ 5,00.

Art. 28 — Para ser aceito como sócio infantil é preciso:

a) ser proposto por um sócio titulado, efetivo ou efetivo-atleta;

b) atender às condições previstas no art. 6º;

c) ter mais de 7 e menos de 15 anos;

d) se filho de sócio, obrigar-se ao pagamento da mensalidade de Cr\$ 5,00, adiantadamente; não sendo filho de sócio, a jóia será de Cr\$ 10,00 e a mensalidade idêntica: Cr\$ 5,00.

Art. 29 — Para ser aceito como sócio infantil-atleta ou infantil-escoteiro é preciso:

a) ser proposto por um sócio titulado, efetivo ou efetivo-atleta;

b) ter mais de 7 e menos de 15 anos e possuir requisitos físicos e aptidão para o desporto que pretenda praticar;

c) obrigar-se ao pagamento, adiantadamente, da mensalidade de Cr\$ 5,00.

Art. 30 — Para ser aceito como sócio temporário, pelo prazo máximo de três meses em cada ano, e com frequência individual, é preciso:

a) ser proposto por um sócio titulado, efetivo ou efetivo-atleta;

b) atender às condições previstas no art. 6º;

c) ter mais de 18 anos;

d) obrigar-se ao pagamento, adiantadamente, da mensalidade de Cr\$ 50,00.

Art. 31 — As condições exigidas pelo art. 6º serão obrigatoriamente apuradas pela comissão de sindicância.

Parágrafo único — Fica isento dessa formalidade o sócio temporário por cuja idoneidade e responsável, exclusivamente, o sócio proponente.

Art. 32 — O sócio para permanecer no quadro de atletas deverá:

a) confirmar os requisitos de capacidade técnica e não perder a eficiência desportiva;

b) representar o Figueirense em competições desportivas sempre que for escalado;

c) satisfazer as exigências de assiduidade e disciplina nos exercícios e treinamentos regulamentares;

d) não cometer qualquer falta grave ou prejudicial aos interesses do Figueirense.

Art. 33 — O sócio efetivo-atleta que houver permanecido nesta classe, sem interrupção ou punição, por mais de 3 anos, poderá transferir-se para efetivo, com isenção do pagamento da jóia.

Art. 34 — O sócio juvenil ou infantil que tiver atingido o limite de idade na

respectiva classe e nela houver permanecido, sem interrupção ou punição, durante 2 anos, terá 30 dias para requerer transferência à classe imediatamente superior, com isenção do pagamento de jóia.

§ 1º — Os que estiverem nas mesmas condições e houverem permanecido na classe mais de 1 e menos de 2 anos, poderão requerer transferência à classe imediatamente superior, no referido prazo pagando 50% da jóia.

§ 2º — Esgotado esse prazo, a mudança de classe processar-se-á pelas normas de readmissão.

Art. 34 — O sócio juvenil-atleta que se transferir para a classe de efetivo, o fará:

a) mediante o pagamento integral da jóia, se tiver permanecido menos de 1 ano na classe;

b) mediante o pagamento de 50% da jóia, se tiver permanecido mais de 1 ano na classe;

c) com isenção de jóia, se tiver permanecido na classe mais de 2 anos.

Art. 35 — A readmissão ao quadro social processar-se-á de acordo com as normas estabelecidas para a admissão, salvo em casos excepcionais, a juízo do conselho diretor.

Parágrafo único — O sócio desligado por falta de pagamento só poderá ser readmitido depois de saldar seu débito com o Clube.

SEÇÃO V

Das pessoas de família

Art. 36 — Para efeitos estatutários, considerar-se pessoas de família do sócio:

a) esposa, mãe, irmãs solteiras, filhas solteiras e enteadas solteiras;

b) irmãs, filhas, noras, enteadas e sogra que vivam sob a dependência moral e econômica do sócio, se desquitadas ou viúvas.

Art. 37 — O conselho diretor, a seu critério em casos excepcionais, poderá considerar pessoas de família do sócio a outras não compreendidas nas alíneas do art. 36.

SEÇÃO VI

Da admissão de pessoas de família

Art. 38 — Para pertencer ao Figueirense na categoria de pessoas de família do sócio é preciso:

a) ser proposto pelo sócio responsável;

b) atender às condições previstas no art. 6º.

SEÇÃO VII

Dos direitos dos sócios

Art. 39 — Os sócios usufruirão as prerrogativas deste estatuto, e poderão invocar seus direitos perante os poderes competentes do Figueirense.

Art. 40 — O direito de frequentar a sede e dependências do Figueirense e o de comparecer a qualquer reunião desportiva ou social, por ele promovida, será pessoal e subordinado às ampliações e restrições estatutárias.

Art. 41 — O conselho diretor poderá cobrar ingresso ao sócio e às pessoas de sua família a fim de possibilitar a realização de competições desportivas ou outros empreendimentos:

a) quando acarretarem despesas elevadas;

b) quando se tratar de competições desportivas que se realizarem em local não pertencente ao Figueirense;

c) quando se tratar de competições desportivas que deveriam realizar-se, oficialmente, em local não pertencente ao Figueirense;

d) quando houver cessão das dependências do Clube às entidades a que ele estiver filiado.

Art. 42 — O conselho diretor poderá ceder, ocasionalmente, dependências sociais com restrição ao ingresso do sócio.

Art. 43 — Falecendo o sócio Grande Benemérito, Benemérito ou Honorário,

sua viúva será considerada sócio isenta de qualquer contribuição pecuniária pessoal, de caráter permanente.

Art. 44 — A viúva do sócio que tenha sido contribuinte por mais de 5 anos ininterruptos poderá ser admitida como sócio, sem pagamento da jóia, se o requerer até 12 meses após o falecimento do marido.

Art. 45 — Para obter demissão o sócio não poderá estar em débito com o Clube.

Art. 46 — O sócio efetivo-atleta, juvenil-atleta e infantil-atleta que ficar incapacitado de prestar o concurso ao Figueirense em consequência de acidente ocorrido em defesa do Clube, do Estado ou do País, poderá ser mantido, pelo conselho diretor, no quadro de atletas, dispensado de obrigações de caráter desportivo.

§ 1º — Antingida a idade estatutária, poderá o sócio requerer transferência para a classe de efetivo ou juvenil, respectivamente, sem pagamento da jóia, satisfazendo, porém, as demais exigências.

§ 2º — Se readquirir sua capacidade após transferência, poderá reverter ao quadro de atletas, satisfeitos os requisitos estatutários para a inclusão.

SEÇÃO VIII

Das licenças

Art. 47 — A requerimento do interessado e ouvida a comissão de sindicância, o pagamento de mensalidade poderá ser suspenso por ato do presidente do Figueirense.

a) até 1 ano, se funcionário estatal, civil ou militar e para-estatal e tenha sido mandado servir fora da cidade;

b) durante o tempo em que estiver incorporado para prestação de serviço militar.

Parágrafo único — O sócio licenciado não poderá frequentar o Figueirense.

SEÇÃO IX

Das obrigações dos sócios

Art. 48 — Constituem obrigações dos sócios:

I — contribuir para que o Figueirense promova a educação física, moral, cultural e cívica de seus sócios;

II — dirigir-se em termos respeitosos aos membros do conselho diretor, aos diretores e sub-diretores, e portar-se com correção nas dependências do Figueirense;

III — Evitar dentro do Figueirense manifestações sobre política, religião e raça;

IV — cumprir e respeitar decisões, leis e autoridades do Figueirense;

V — adquirir a carteira social para comprovação de sua qualidade de sócio;

a) quando quiser ter ingresso nas dependências do Figueirense, ou em reuniões por ele promovidas;

b) quando for solicitado por membros do conselho diretor, diretores, sub-diretores, sócios e funcionários do Figueirense no exercício de funções regulamentares;

VI — comunicar à secretaria, por escrito, as alterações de endereço, profissão, estado civil e outras que afetem as declarações exigidas para admissão e permanência no quadro social;

VII — satisfazer adiantadamente as respectivas contribuições estatutárias pela forma por que se obrigou, dentro dos primeiros 10 dias do mês, trimestre, semestre ou ano e quitar-se, dentro de 30 dias, de débito de qualquer outra natureza, sob pena de não ter ingresso nas dependências do Figueirense;

VIII — indenizar o Figueirense de qualquer prejuízo material que lhe causar;

IX — cumprir o estatuto, os regulamentos e as deliberações dos poderes competentes, para a sua aplicação;

X — não competir contra o Figueirense em provas oficiais;

§ 1º — Para se eximir da obrigação definida no item anterior, o sócio deverá consultar o conselho diretor antes de

iniciar-se cada temporada desportiva.

§ 2º — Não será compreendido no parágrafo anterior o sócio que, antes de ser admitido no quadro social, já compete por outro Clube, uma vez que continue a defendê-lo oficialmente, sem interrupção.

Art. 49 — A requerimento justificado do interessado e se forem julgados procedentes os motivos expostos, o conselho diretor, em caráter excepcional, poderá eximir o sócio de responsabilidades decorrente da aplicação de disposições estatutárias ou transgredir com ele em relação a compromissos contraídos com o Figueirense.

Art. 50 — Da carteira do sócio constará o nome, o retrato, o número da matrícula, a classe e a quitação social.

Art. 51 — Da carteira de frequência, fornecida a pessoa da família do sócio, constará o nome, o retrato, o nome do sócio por ela responsável e outras indicações determinadas pelo conselho diretor.

SEÇÃO X

Das penalidades

Art. 52 — Os sócios são passíveis das seguintes penalidades:

- admoestação verbal;
- admoestação escrita;
- suspensão;
- desligamento;
- eliminação.

Parágrafo único — As pessoas da família do sócio também estão sujeitas às penalidades previstas neste estatuto.

Art. 53 — A repetição de uma infração agrava a pena.

Art. 54 — É passível da pena de admoestação verbal ou escrita o sócio que praticar ato ou tomar atitude condenável nas dependências do Clube.

Art. 55 — É passível da pena de suspensão o sócio que:

- reincidir em infração já punida com admoestação verbal ou escrita;
- atentar contra o conceito público do Figueirense, por ação ou omissão;
- promover discórdia entre os sócios;
- atentar contra a disciplina social;
- fizer declarações falsas de na fé na proposta de admissão de sócios ou pessoas de família;
- desrespeitar qualquer membro do conselho diretor, diretor ou sub-diretor nas dependências do Clube, quando no exercício de suas funções, ou determinações deles emanadas.

§ 1º — A pena de suspensão priva o sócio dos seus direitos, mantendo, porém, as suas obrigações.

§ 2º — A pena de suspensão não poderá ser superior a 1 ano.

Art. 56 — É passível da pena de desligamento o sócio que:

- deixar de gozar de bom conceito;
- passar a exercer profissão ilícita;
- adquirir doença contagiosa e não se afastar da convivência social;
- deixar de pagar suas contribuições sociais.

Art. 57 — É passível da pena de eliminação o sócio que:

- for condenado, em sentença passada em julgado, por ato desabonador;
- cometer ato grave contra a moral social ou desportiva.

Art. 58 — A indenização devida ao Figueirense não exime o sócio da pena em que tenha incorrido.

Art. 59 — A falta de indenização dos prejuízos materiais causados ao Figueirense priva o sócio de todos os direitos estatutários.

SEÇÃO XI

Da competência para aplicar penas

Art. 60 — Ao conselho deliberativo compete aplicar a pena de eliminação.

Art. 61 — São competentes para propor a pena de eliminação:

- o conselho diretor;
- 5 membros do conselho deliberativo, por intermédio do conselho diretor.

O conselho deliberativo só poderá tomar conhecimento da proposta de eliminação quando justificada.

Art. 62 — Ao conselho diretor compete aplicar as penas de desligamento (art. 56, alínea a, b e c) e de suspensão por mais de 6 meses.

Parágrafo único — Cabe ao presidente do Figueirense propor ditas punições.

Art. 63 — Ao presidente do Figueirense compete aplicar as seguintes penalidades:

- admoestação verbal;
- admoestação escrita;
- suspensão até 6 meses;
- desligamento.

Art. 64 — Qualquer membro do conselho diretor, em casos excepcionais, poderá privar o sócio dos seus direitos estatutários comunicando a ocorrência ao presidente que terá 24 horas para resolver a punição a ser aplicada.

SEÇÃO XII

Dos recursos

Art. 65 — Cabe ao sócio punido o direito de recorrer da pena que lhe for imposta, no prazo de 10 dias contados da data da ciência.

Art. 66 — O recurso deve ser dirigido a quem aplicou a punição.

Parágrafo único — Confirmada a pena, cabe ao sócio o direito de recorrer ao poder imediatamente superior, até alcançar o conselho deliberativo.

Art. 67 — O recurso para qualquer poder deve ser encaminhado pelo presidente do Figueirense.

Parágrafo único — O presidente do Figueirense tem 15 dias para encaminhar o que, por seu intermédio, for dirigido aos poderes superiores.

Art. 68 — O presidente do conselho deliberativo tem 30 dias para submeter ao conselho o recurso que lhe for dirigido.

Art. 69 — Nenhum sócio eliminado poderá ser readmitido, após eliminado, sem o cancelamento da pena pelo conselho deliberativo.

Art. 70 — Os recursos estatutários são facultados, também, às pessoas da família do sócio.

CAPÍTULO III

Dos poderes sociais e sua organização

Art. 71 — São poderes do Figueirense:

- a assembleia geral;
- o conselho deliberativo;
- o conselho diretor;
- o conselho consultivo;
- o conselho fiscal.

Art. 72 — A assembleia geral será constituída pelos sócios maiores de 21 anos, exceto os honorários e os temporários.

Art. 73 — O conselho deliberativo, eleito pela assembleia geral, com mandato de 4 anos, e que deverá contar 2/3 pelo menos de brasileiros natos ou naturalizados, será constituído por:

- membros natos;
- membros eleitos;
- membros do conselho diretor.

Parágrafo único — O número de membros eleitos será de 30 efetivos e 10 suplentes.

Art. 74 — Serão membros natos os Grandes Beneméritos e os Beneméritos.

Art. 75 — Os membros eleitos, em número de 30 efetivos e 10 suplentes, serão, respectivamente, escolhidos na seguinte proporção:

- metade entre os sócios proprietários e efetivos com mais de 10 anos de permanência no quadro social;
- metade entre os sócios contribuintes maiores de 21 anos, com mais de 5 anos de permanência no quadro social.

§ 1º — As vagas dos membros eleitos serão preenchidas pelos suplentes, de acordo com a votação, assegurada a proporção fixada neste artigo.

§ 2º — Os casos de empate na votação serão resolvidos pela prioridade de matrícula.

Art. 76 — O conselho deliberativo não poderá ficar com menos de 20 membros eleitos e quando o quadro de suplentes for insuficiente para completar este número, convocar-se-á a assembleia geral, a fim de preencher as vagas de efetivos e suplentes.

Art. 77 — A mesa diretora do conselho deliberativo será constituída por um presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretários, eleitos pelo conselho, bienalmente, em escrutínio secreto.

Art. 78 — O conselho diretor será constituído por um presidente, que será o presidente do Figueirense; 7 vice-presidentes, 1º e 2º tesoureiros e 1º e 2º secretários.

§ 1º — O presidente, com mandato de 2 anos, será eleito pelo conselho deliberativo, em escrutínio secreto.

§ 2º — Os vice-presidentes serão, respectivamente:

- do Departamento dos Desportos Amadores;
- do Departamento dos Desportos Profissionais;
- do Departamento de Finanças;
- do Departamento Social;
- do Departamento de Publicidade;
- do Departamento do Patrimônio;
- do Departamento Legal.

§ 3º — Os vice-presidentes, tesoureiros e secretários serão indicados pelo presidente do Figueirense; e a escolha será sujeita a homologação do conselho deliberativo, em escrutínio secreto.

§ 4º — Os membros do conselho diretor serão auxiliados por diretores e sub-diretores, aqueles nomeados pelo conselho e estes pelo presidente.

Art. 79 — Será passível da perda do mandato o membro do conselho diretor que, sem motivo plausível, deixar de exercer as suas funções durante 30 dias, ou faltar a 4 sessões consecutivas do conselho.

Art. 80 — Cabe ao presidente, em seus impedimentos legais ou quando em gozo de licença, designar um dos vice-presidentes para substituí-lo.

Art. 81 — Cabe ao presidente conceder licença aos membros do conselho diretor e designar-lhes substitutos.

Parágrafo único — As licenças não excederão 90 dias, salvo quando autorizadas pelo conselho deliberativo.

Art. 82 — O presidente preencherá as vagas que ocorrerem no conselho diretor "ad-referendum" do conselho deliberativo, que será convocado dentro de 30 dias.

Art. 83 — Se vagar o cargo de presidente do Figueirense, assumirá a presidência o presidente do conselho deliberativo, e na sua falta ou impedimento o vice-presidente do mesmo poder.

§ 1º — O presidente interino poderá manter ou alterar o conselho diretor, sem homologação do conselho deliberativo, até a eleição do novo presidente.

§ 2º — O presidente do conselho deliberativo deverá, no prazo máximo de 30 dias, convocar o referido poder para a eleição do novo presidente.

Art. 84 — O conselho diretor deverá reunir-se, no mínimo, uma vez em cada quinzena.

§ 1º — O conselho diretor só poderá decidir com a presença de, no mínimo, metade e mais um dos seus membros.

§ 2º — As decisões do conselho serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, votando o presidente em último lugar.

§ 3º — Em caso de empate, o presidente terá o voto de qualidade.

Art. 85 — Sem prejuízo das responsabilidades que caibam aos outros membros do conselho diretor, no exercício das respectivas funções, o presidente será responsável, perante o conselho deliberativo, pela administração e orientação geral do Figueirense.

Parágrafo único — Atendendo a essa responsabilidade, somente o presidente do Figueirense ou membro do conselho diretor por ele autorizado, poderá falar representando a orientação do referido poder.

Art. 86 — O conselho consultivo será constituído por:

- membros natos;
- membros temporários.

§ 1º — Serão membros natos do ex-presidentes do Figueirense e os do conselho deliberativo que tenham exercido o mandato por 2 anos, no mínimo.

§ 2º — Serão membros temporários o presidente do Figueirense, o presidente

e o vice-presidente do conselho deliberativo.

Art. 87 — O conselho fiscal, eleito, bialmente, pelo conselho deliberativo, dentre os seus membros, será composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, sendo estes substitutos daqueles pela prioridade de matrícula.

SEÇÃO ÚNICA

Da competência dos poderes sociais

Art. 88 — Compete à assembleia geral, exclusivamente, eleger o conselho deliberativo.

Parágrafo único — Qualquer outro ato dela emanado será nulo e inoponente.

Art. 89 — A assembleia geral reunir-se-á:

I — ordinariamente, de 4 em 4 anos, no mês de dezembro, exclusivamente para eleger os membros do conselho deliberativo e seus suplentes;

II — extraordinariamente, em qualquer tempo, para preencher as vagas ocorridas no conselho deliberativo.

Art. 90 — A convocação para as reuniões da assembleia geral será feita pelo presidente do Figueirense e publicada, pelo menos, em um jornal diário, com a antecedência de 3 dias, no mínimo.

§ 1º — É necessária para a realização da assembleia, em 1ª convocação, a presença, até 20 minutos depois da hora marcada para o seu início, de 1/3, no mínimo dos sócios que a compõem.

§ 2º — Não havendo número para a 1ª convocação, reunir-se-á a assembleia, em 2ª convocação, 30 minutos depois da hora marcada para o seu início, podendo funcionar com qualquer número.

§ 3º — Do edital de convocação para as reuniões da assembleia geral deverá constar a 2ª convocação.

Art. 91 — O presidente do Figueirense, ou o seu substituto legal, abrirá os trabalhos de instalação da assembleia geral, solicitando a seguir a designação do sócio que deva assumir a sua presidência.

§ 1º — Escolhido o presidente, caberá a esse convidar dois sócios para secretários e, assim constituída a mesa, pedirá a indicação de dois outros sócios para fiscais escrutinadores.

§ 2º — A escolha do presidente e a dos fiscais escrutinadores será feita entre sócios não diretores, por eleição ou aclamação.

Art. 92 — O resumo dos trabalhos de cada reunião será registrado em ata lavrada em livro especial, mandada redigir por um dos secretários, indicado pelo presidente da reunião.

§ 1º — A assembleia geral delegará poderes a 3 dos sócios presentes durante toda a reunião para, em seu nome, conferirem e aprovarem a ata.

§ 2º — A ata conterá as assinaturas do presidente, dos secretários, e dos escrutinadores, bem como da comissão nomeada para conferi-la e aprová-la, depois do que produzirá todos os efeitos.

Art. 93 — Compete ao conselho deliberativo, poder soberano, órgão da manifestação coletiva dos sócios:

a) resolver matérias que entendam diretamente com a existência do Figueirense e qualquer assunto não atribuído a outro poder;

b) eleger, em escrutínio secreto, o seu presidente, vice-presidente e secretários, o presidente do Figueirense e o conselho fiscal;

c) homologar ou não a indicação dos membros do conselho diretor feita pelo presidente do Figueirense;

d) votar o orçamento anual;

e) julgar as contas anuais do conselho diretor e o parecer do conselho fiscal; apreciar o relatório geral do presidente com os relatórios parciais dos membros do conselho diretor, diretores e sub-diretores;

f) conferir os títulos de grande benemérito, benemérito e honorário;

g) autorizar ou não licença a membros do conselho diretor por mais de 90 dias;

h) decidir sobre responsabilidades fi-

nanceiras que gravem o patrimônio do Figueirense;

i) pelo voto favorável de, no mínimo, metade e mais um do número total de seus membros, processar, julgar e aplicar sanções a membros do conselho diretor;

j) conhecer e decidir pedidos de readmissão de sócios que tiverem cancelada a pena de eliminação;

k) alterar as importâncias da jóia e mensalidades, por proposta ou não do presidente do Figueirense;

l) reformar o estatuto quando for expressamente convocado para esse fim, reconhecida, preliminarmente, a necessidade da reforma;

m) deliberar sobre caso omissis no estatuto;

n) em grau de recurso, reexaminar suas próprias decisões e conhecer e julgar os atos e decisões do conselho diretor, nos casos previstos por este estatuto.

Parágrafo único — Qualquer assunto resolvido pelo conselho deliberativo só poderá ser renovado perante o mesmo passado um ano.

Art. 94 — O conselho deliberativo reunir-se-á, convocado por seu presidente:

I — Ordinariamente:

a) anualmente, na 2ª quinzena de dezembro para votar o orçamento para o ano seguinte;

b) bialmente, na 1ª quinzena de janeiro, para eleger o presidente do Figueirense e os membros do conselho fiscal;

c) bialmente, em anos alternados com a eleição do presidente do Figueirense, na 1ª quinzena de janeiro, para eleger o seu presidente, vice-presidente e secretários;

d) bialmente, coincidindo com a reunião prevista na alínea "e", na 2ª quinzena de janeiro, para dar posse ao presidente do Figueirense e homologar ou não a indicação por ele feita dos membros do conselho diretor, empossando os aceites;

e) anualmente, na 2ª quinzena de janeiro, para julgar as contas anuais do conselho diretor e o parecer do conselho fiscal; apreciar o relatório geral do presidente com os relatórios parciais dos membros do conselho diretor, diretores e sub-diretores.

II — Extraordinariamente:

a) sempre que necessário;

b) a requerimento assinado por 15 membros do conselho deliberativo e por motivos justificados.

§ 1º — Nas reuniões ordinárias, finda a matéria da convocação, poder-se-á tratar, por proposta de qualquer conselheiro, de assunto de interesse do Figueirense, desde que o presidente do conselho, ou a maioria representada pela metade mais um do número total dos membros do referido poder o considere objeto de deliberação.

§ 2º — Nas reuniões extraordinárias, tratar-se-á exclusivamente da matéria da convocação, ressalvado o disposto no artigo seguinte.

§ 3º — Nas reuniões a que se refere a alínea "b", do item II, deste artigo, que deverão ser convocados no prazo máximo de 30 dias, o conselho diretor examinará, preliminarmente, os motivos da convocação e só apreciará o mérito se tiver voto favorável, no mínimo, da metade e mais um, da totalidade dos seus membros.

§ 4º — A ordem dos trabalhos do conselho deliberativo obedecerá a regimento interno, por ele aprovado.

Art. 95 — Ao presidente do conselho, é facultado, seja qual for o objeto da convocação, submeter matéria nova à deliberação do conselho quando entender que simultaneamente:

a) a matéria consulta os interesses do Figueirense;

b) o adiamento acarreta perda de oportunidade;

c) o assunto não requer a ciência prévia e pública de todos os membros do conselho.

Art. 96 — Para as reuniões ordinárias ou extraordinárias, a convocação será feita, pelo menos, em 1 jornal e com antecedência:

a) de 5 dias, no mínimo, para a 1ª convocação;

b) de 3 dias, para a 2ª e última convocação, feita essa dentro das 48 horas seguintes à marcada para a 1ª.

§ 1º — Em 1ª convocação, só poderá ser aberta a sessão do conselho deliberativo com a presença da maioria absoluta de seus membros eleitos, e se não houver número legal até 20 minutos após a hora marcada, encerrar-se-á o livro de presença.

§ 2º — Em 2ª convocação, a sessão realizar-se-á com qualquer número.

Art. 97 — O presidente do conselho será substituído em seus impedimentos, pelo vice-presidente, e na falta deste, pelos secretários, e estes, por membros do conselho convidados pelo presidente da sessão.

Parágrafo único — No caso de ausência dos membros da mesa, dirigirá os trabalhos um conselheiro indicado pelo plenário.

Art. 98 — O conselheiro eleito que faltar a mais da metade das reuniões do quadriênio, não poderá ser reeleito para o subsequente.

Art. 99 — Compete ao conselho diretor:

I — administrar o Figueirense;

II — aceitar ou não a indicação feita pelo presidente dos diretores;

III — resolver sobre a admissão, transferência, demissão e readmissão de sócios, quando houver divergência entre os pareceres da comissão de sindicância e do presidente, e em todos os casos de transferência de títulos de proprietários podendo exigir as informações que julgar conveniente;

IV — permitir:

a) que sócios pertencentes às classes infantis, em casos especiais, possam comparecer a reuniões noturnas e ter ingresso no edifício da sede social;

b) que pessoas não compreendidas na definição estatutária possam ser consideradas como pertencentes à família do sócio;

V — impor penalidades;

VI — regular o direito de frequência;

VII — resolver sobre requerimentos de sócios;

VIII — nomear 2 diretores para a comissão de sindicância;

IX — propor ao conselho deliberativo:

a) a concessão de títulos de sócio grande benemérito, benemérito e honorário;

b) reforma ou emenda do estatuto;

c) decisão sobre caso omissis no estatuto;

X — organizar os orçamentos anuais, por departamentos administrativos, com estimativa da receita e fixação da despesa;

XI — autorizar, "ad-referendum" do conselho deliberativo e por proposta do presidente do Figueirense, as verbas necessárias a pagamentos inadivels e não previstos, solicitando a convocação do conselho, no prazo de 48 horas após a autorização;

XII — elaborar regulamentos e regimentos;

XIII — estabelecer para sócios infantis, quando julgar conveniente, locais separados dos demais categorias;

XIV — autorizar a assinatura de contratos de locação de dependências arrendáveis e outros que envolvam responsabilidade financeira para o Figueirense, exceto os referentes a técnicos e a atletas profissionais;

XV — estabelecer as normas reguladoras de frequência das pessoas de família dos sócios;

XVI — em caráter excepcional, eximir o sócio de responsabilidade decorrente de aplicação do estatuto ou transigir com ele em compromissos assumidos com o Figueirense;

XVII — resolver caso urgente omissis no estatuto, "ad-referendum" do conselho deliberativo;

XVIII — fornecer ao conselho fiscal todas as informações e documentos por ele solicitados.

Art. 100 — Compete ao presidente do Figueirense:

I — dirigir o Figueirense, fazer executar suas próprias deliberações e as do

conselho deliberativo e diretor e fazer cumprir o estatuto, os regulamentos e regimentos;

II — despachar o expediente;

III — convocar reuniões da assembleia geral e do conselho diretor, presidindo os trabalhos deste e os de instalação daquela e solicitar convocação extraordinária do conselho deliberativo ao seu presidente;

IV — resolver sobre a admissão, transferência, demissão e readmissão de sócios, ressalvados os casos de competência de outro poder;

V — expedir carteiras previstas no estatuto e cartões de frequência temporária quando julgar que essa demonstração de apreço atende a interesse do Figueirense;

VI — aplicar penas e tornar efetivas as impostas por outro poder;

VII — resolver sobre requerimentos de sócios;

VIII — conceder exoneração aos membros do conselho diretor, exonerá-los e licenciá-los até 90 dias;

IX — propor ao conselho diretor a nomeação dos diretores;

X — nomear, conceder exoneração, exonerar e licenciar os sub-diretores;

XI — nomear, suspender, dispensar e contratar empregados do Figueirense;

XII — rubricar os livros da secretaria e da tesouraria;

XIII — assinar:

a) os contratos autorizados pelo conselho diretor;

b) com o 1º tesoureiro, os títulos de carteiras de sócios proprietários e carteiras de sócios titulados, cheques, cauções, ordens de pagamento ou qualquer documento não compreendido na alínea "a", que envolva responsabilidade financeira;

c) com o 1º secretário, os diplomas honoríficos, os cartões de frequência e as atas das sessões do conselho diretor;

XIV — autorizar as despesas previstas no orçamento e ordenar o respectivo pagamento;

XV — ceder, ocasionalmente, a título oneroso ou gratuito, qualquer dependência ou material do Figueirense;

XVI — nomear delegados e representantes do Figueirense;

XVII — publicar os regulamentos e regimentos elaborados pelo conselho diretor, baixando as instruções necessárias à sua execução;

XVIII — decidir, ad-referendum, casos de urgência, da competência do conselho diretor;

XIX — autorizar, por escrito, a execução de atos administrativos, mesmo os de caráter reservado, principalmente se seus efeitos repercutirem nos direitos e obrigações sociais;

XX — divulgar os atos administrativos;

XI — representar o Figueirense em juízo ou fora dele, podendo constituir mandatários.

Art. 101 — Compete aos vice-presidentes, respectivamente, representar o presidente, em tudo que se relacionar com:

I — a educação física e desportos amadores, coordenando iniciativas e realizações;

II — os desportos profissionais, coordenando iniciativas e realizações;

III — as finanças, economia, aplicação das dotações orçamentárias ordinárias e créditos extraordinários;

IV — as atividades sociais propriamente ditas e artísticas, coordenando iniciativas e zelando pela sua execução;

V — a publicidade e propaganda, competindo-lhe, também, dirigir o "Boletim oficial" do Figueirense;

VI — o patrimônio e conservação dos bens do Figueirense;

VII — assuntos de ordem legal de qualquer origem ou natureza.

Art. 102 — Além da competência específica, os vice-presidentes poderão exercer atribuições de caráter temporário ou permanente que lhes sejam expressamente deferidas pelo presidente.

Art. 103 — Compete ao 1º tesoureiro:

I — dirigir a arrecadação da receita do Figueirense e supervisionar os trabalhos da tesouraria;

II — ter sob a sua guarda e responsa-

bilidade, valores pertencentes ao Figueirense;

III — efetuar o pagamento das despesas autorizadas, verificando antes a sua exatidão;

IV — assinar, com o presidente, os documentos referidos na alínea b, do item XIII, do art. 100;

V — apresentar ao respectivo vice-presidente;

a) relação de sócios em atraso, incursos na pena de desligamento;

b) balancetes demonstrativos da receita e despesa das atividades desportivas e sociais;

c) mensalmente, o movimento financeiro e a relação de sócios existentes, licenciados, admitidos e desligados;

VI — apresentar ao conselho fiscal, por intermédio do respectivo vice-presidente, os balancetes mensais da situação patrimonial e financeira;

VII — organizar, anualmente, o balanço patrimonial e financeiro.

Art. 104 — Compete ao 2º tesoureiro:

I — substituir o 1º tesoureiro em seus impedimentos e auxiliá-lo sempre que solicitado;

II — dirigir o almoxarifado, zelar pela conservação do material existente e controlar os serviços de compra, entrada e saída de material, apresentando ao competente vice-presidente;

a) o movimento mensal dessa seção;

b) o inventário anual;

III — organizar e manter o tombamento geral do Figueirense;

IV — controlar o serviço de fiscalização de ingresso dos sócios e suas famílias.

Art. 105 — Compete ao 1º secretário:

I — redigir e assinar as atas das sessões do conselho diretor, os avisos, convocações e a correspondência;

II — expedir avisos aos sócios em débito;

III — assinar, com o presidente, os documentos referidos na alínea "c" do item XIII, do art. 100;

IV — supervisionar os trabalhos da secretaria.

Art. 106 — Compete ao 2º secretário:

I — substituir o 1º secretário em seus impedimentos;

II — exercer as funções que lhe forem cometidas pelo presidente;

III — organizar o cadastro dos sócios por profissão e local onde a exercem.

Art. 107 — Compete aos diretores e sub-diretores:

I — auxiliar os membros do conselho diretor em todas as suas atividades;

II — desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelos respectivos vice-presidentes.

Art. 108 — Os diretores e sub-diretores desportivos desempenharão funções previstas em regulamentos especial.

Art. 109 — Ao conselho consultivo compete pronunciar-se em parecer escrito, sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo presidente do Figueirense.

Parágrafo único — Os pareceres do conselho consultivo terão caráter opinativo.

Art. 110 — O consultivo funcionará com a presença de 5 membros, no mínimo.

Art. 111 — Compete ao conselho fiscal:

I — examinar os balancetes mensais da tesouraria e dar parecer escrito sobre os mesmos, enviando cópias aos presidentes do conselho deliberativo e do Figueirense;

II — dar parecer sobre o orçamento anual a ser apresentado ao conselho deliberativo;

III — dar parecer sobre qualquer suplementação de verba solicitada;

IV — examinar a contabilidade anual do Figueirense, dando parecer escrito sobre as contas a serem julgadas pelo conselho deliberativo com o relatório do presidente;

V — vagando o cargo de vice-presidente do departamento de finanças, dar parecer sobre os balancetes e a contabilidade do Figueirense, até a data da vaga;

VI — sugerir e justificar ao conselho

deliberativo sanções a membros do conselho diretor, quando encontrar irregularidades nas contas examinadas.

Art. 112 — A comissão de sindicância será constituída de 2 diretores.

Art. 113 — Compete à comissão de sindicância dar parecer sobre as propostas de admissão, transferência e readmissão de sócios.

§ 1º — O parecer deverá ser dado no prazo máximo de 5 dias, sob pena de ser o processo devolvido ao presidente do Figueirense, para deliberar, exceto em se tratando de transferência de título de proprietário, que deverá ser encaminhado ao conselho diretor.

§ 2º — Havendo divergência entre a conclusão do parecer e a opinião do presidente do Figueirense, ou quando este o julgar conveniente, a proposta será submetida ao conselho diretor, que decidirá em escrutínio secreto.

CAPITULO IV

Das finanças

Art. 114 — A vida financeira do Figueirense processar-se-á rigorosamente dentro de um orçamento organizado anualmente, pelo conselho diretor, com a assistência e parecer do conselho fiscal e a aprovação do conselho deliberativo.

§ 1º — As despesas não poderão exceder as verbas totais do orçamento, sem parecer do conselho fiscal e autorização expressa do conselho deliberativo.

§ 2º — O conselho fiscal é responsável pela observância deste artigo.

Art. 115 — Constituirão receita:

I — as contribuições sociais, jóia e mensalidades;

II — o produto de alugueres de instalações sociais e desportivas;

III — a renda das seções desportivas;

IV — o produto da venda de material de qualquer natureza;

V — a renda de serviços internos e anúncios;

VI — as multas;

VII — os donativos de qualquer natureza.

Art. 116 — Constituirão títulos de despesa:

I — os impostos e taxas;

II — os salários e gratificações a empregados e profissionais;

III — as aquisições de material de qualquer natureza;

IV — o custeio de festas, jogos e diversões;

V — a conservação e ampliação dos bens móveis e imóveis;

VI — os gastos com serviços internos e eventuais de qualquer natureza.

Parágrafo único — É vedada a constituição a custa dos cofres sociais para qualquer finalidade que não seja de interesse do Figueirense.

CAPITULO V

Dos regulamentos, regimentos, instruções e avisos

Art. 117 — As disposições do presente estatuto serão completadas pelos regulamentos, regimentos internos e instruções que forem expedidos para consecução imediata dos seus objetivos.

CAPITULO VI

Disposições gerais

Art. 118 — A manifestação do sócio pelo voto é pessoal, sendo proibido usar este direito por procuração.

Art. 119 — O conselho diretor poderá adquirir material desportivo para revendê-lo aos sócios.

Art. 120 — O conselho fiscal poderá organizar e manter os serviços internos que julgar convenientes, executando-os diretamente ou por meio de contratos com terceiros, assegurada, neste caso, a necessária fiscalização.

Art. 121 — O uniforme e a bandeira oficial do Figueirense obedecerão as co-

res branca e preta, ficando mantido os existentes atualmente, respeitadas as disposições já existentes.

Art. 122 — Em capítulo suplementar serão incluídas as disposições que por força de lei deverão constar obrigatoriamente do texto.

Parágrafo único — Estas disposições serão publicadas e anexadas o estatuto.

Art. 123 — O presente estatuto só poderá ser reformado por iniciativa do conselho diretor, após a vigência de 2 anos, salvo necessidade imperiosa, apoiada, em princípio, por 1/3, no mínimo, do número total dos membros daquele poder.

§ 1º — Este apóio poderá ser dado por escrito.

§ 2º — O projeto de reforma do estatuto deverá ser redigido em forma de emenda, ficando expressamente assinalada a matéria emendada.

§ 3º — A reforma entrará em vigor após o cumprimento das formalidades legais.

Art. 124 — O Figueirense não poderá dissolver-se enquanto houver 20 sócios no pleno uso e gozo de seus direitos associativos, nem fundir-se a outra qualquer sociedade.

Art. 125 — O presente estatuto aprovado pelo conselho deliberativo em sessão de 12 de maio de 1956 e ratificado pela assembléia geral extraordinária realizada no dia 9 de junho do mesmo ano, em 2ª convocação, constitui a lei orgânica do Figueirense, que todos os sócios são obrigados a cumprir.

CAPITULO VII

Disposições transitórias

Art. 126 — A composição do conselho deliberativo pela forma estabelecida nos artigos 73 e 75, do presente estatuto, somente se efetuará por ocasião da eleição para o futuro quadriênio.

Parágrafo único — O mandato dos atuais conselheiros terminará em dezembro de 1957.

Art. 127 — Fica mantido o atual cargo de presidente do Figueirense, processando-se o preenchimento dos demais cargos previstos neste estatuto.

Art. 128 — Os atuais portadores de títulos correspondentes às cadeiras cativas, poderão substituí-los pelo de sócio proprietário desde que completem o valor nominal estabelecido no art. 21, deste estatuto.

Florianópolis, em sessão de diretoria, aos 14 de junho de 1956.

Thomaz Chaves Cabral, presidente; Fernando Brüggmann Viégas, vice-presidente; Mário Freyesleben, secretário geral; Nicolau Haviarás, 1º secretário; Acéio Cabral Neves, 1º tesoureiro; Murilo Rodrigues, 2º tesoureiro; Arno Lippel, diretor do departamento de futebol profissional; Paulo Roberto Franco Cabral, diretor do departamento de esportes terrestres; Milton Lehmkuhl, diretor social e propaganda; Oswaldo Carpes, diretor do patrimônio e Wilson Abraham, orador.

Aprovado pela Federação Catarinense de Futebol, conforme publicação feita no Boletim Oficial, n. 22, de 25-6-1956.

Thomaz Chaves Cabral.

COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES

LORENZ S. A.

(Em organização)

Aviso aos subscritores

Pelo presente, ficam convocados todos os subscritores de ações da so-

iedade anônima acima referida, para se reunirem às 8 horas, do dia 15 do mês de agosto próximo, na sede social da Sociedade Recreativa Guairacás, nesta cidade, à rua Dr. Nerêu Ramos s/n., para em assembléia geral resolver sobre a constituição da sociedade.

Timbó, 10 de julho de 1956.

Fritz Lorenz, fundador.

(3-3)

(2.797)

MADIRENSE DO BRASIL S. A.

Assembléia geral extraordinária

Ficam convidados os senhores acionistas a comparecerem à assembléia geral extraordinária, a realizar-se no próximo dia 11 de agosto de 1956, às 16 horas, na sede social, em Vilanova, município de Lajes, para tratar dos seguintes assuntos:

- a) Renúncia de diretor;
- b) interesses gerais.

Lajes, 12 de julho de 1956.

Jacinto Antônio Ferreira Ritto, diretor.

Sebastião Afonso de Menezes, procurador.

(3-3)

(2.788)

COMPANHIA INDUSTRIAL CATARIENSE DE TECELAGEM

Edital de convocação

Assembléia geral extraordinária

São convidados os srs. acionistas a comparecerem a assembléia geral extraordinária, a realizar-se no dia 7 de agosto p. vindouro, às 14 horas, na sede desta companhia, à rua João Pessoa n. 7, afim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º) Alteração dos estatutos sociais;
- 2º) outros assuntos de interesse oficial.

São Bento do Sul, 23 de julho de 1956.

Octávio Maia, diretor-presidente.

(Reproduzido por ter sido com incorreção).

(3-2)

(2.782)

CINE TEATRO TAMOIO S. A.

Assembléia geral extraordinária

Edital de convocação

Pelo presente convido os senhores acionistas para assistirem a sessão de assembléia geral extraordinária, a realizar-se no dia 18 de agosto p. vindouro, às 14 horas, na sede desta sociedade, sita à rua Marechal Deodoro n. 170, afim de tratar-se da seguinte

Ordem do dia

- 1º — Apreciação do pedido de demissão do diretor-gerente;
- 2º — alteração dos estatutos;
- 3º — redução do quadro de diretores;
- 4º — eleição da nova diretoria;
- 5º — assuntos gerais de interesse da sociedade.

Lajes, 21 de julho de 1956.

Dr. Carmosino Camargo de Araújo, diretor-presidente.

3 — 3

(2.787)

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO II

Florianópolis, 1º de agosto de 1956

NÚMERO 169

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 33

O desembargador José Rocha Ferreira Bastos, presidente do Tribunal de Justiça, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 207, da Lei de Organização Judiciária, combinado com os artigos 121, III e 131, da lei n. 193, de 18/12/1954.

RESOLVE:

Conceder a Herminio Celso Moreira, Oficial do Registro Civil do município de Guarimirim, da comarca de Jaraguá do Sul, sessenta (60) dias de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 5 do corrente.

Publique-se.

Florianópolis, 30 de julho de 1956.

José Rocha Ferreira Bastos, presidente.

(5.395)

Edital n. 171

Faço público que, na sessão da Câmara Crime, desta data, foram distribuídos os seguintes feitos:

Apelação crime n. 8.753, de Florianópolis, apelante a Justiça e apelados Glauco Olinger e Ormar Ferraz Ribeiro do Vale. Relator o sr. des. Hercílio Medeiros.

Apelação crime n. 754, de Itajaí, apelantes Juvenal Berlin e Izidoro Apólonio da Cunha e apelada a Justiça. Relator o sr. des. Maurílio Coimbra.

Apelação crime n. 8.751, de Lajes, apelante Silvío Neves Godoy e apelado o Dr. Juiz de Direito. Relator o sr. des. Belisário Costa.

Apelação crime n. 8.755, de Tubarão, apelante a Justiça e apelado José Martins Roque. Relator o sr. des. Belisário Costa.

Apelação crime n. 8.752, de Lajes, apelantes Waldévino Antunes dos Santos e outros e apelado Silvío Neves Godoy. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti.

Apelação crime n. 8.756, de Tubarão, apelante Mário Pedro Alexandre e apelada a Justiça. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 27 de julho de 1956.

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

(5.384)

Edital n. 1.416

Aos vinte e seis dias do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e seis, nesta cidade de Florianópolis, em a Sala das Sessões do Tribunal de Justiça, onde se encontrava o exmo. sr. des. Severino Nicomedes Alves Pedrosa, Juiz Semanário da Câmara Civil, comigo escrivão abaixo assinado, aberta a audiência com as formalidades legais, procedeu-se a publicação dos seguintes acórdãos:

Conflito de Jurisdição n. 2.548, de Mafra, relator o exmo. sr. des. Severino Nicomedes Alves Pedrosa, suscitante dr. Juiz de Direito da comarca de Tijucas e suscitado dr. Juiz de Direito da comarca de Mafra: "por votação unânime, conhecer do conflito e julgá-lo procedente, para declarar competente o dr. Juiz de Direito da comarca de Mafra. Sem Custas".

Agravo n. 2.551, de Criciúma, relator o exmo. sr. des. Adão Bernardes, agravante Lloyd Industrial Sul Americano S. A. e agravado João Martinhago: "por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença agravada. Custas pela agravante".

Agravo n. 2.557, de Itajaí, relator o exmo. sr. des. Adão Bernardes, agravante Atalaia Companhia de Seguros e agravado Pedro S. Silva: "por unanimidade de votos, conhecer do agravo e negar-lhe provimento, para confirmar a decisão agravada. Custas pela agravante".

Apelação civil n. 3.737, de Ibirama, relator o exmo. sr. des. Severino Nicomedes Alves Pedrosa, apelantes Tiburcio Freire de Atayde e Laudelino Goes e apelados Peter Nuss e Carlos Wippel: "por unânime, conhecer do recurso e provê-lo parcialmente, apenas para reformar a sentença apelada na parte que revogou o benefício da assistência judiciária concedida aos réus-apelantes. Custas em proporção".

Apelação civil n. 3.822, de São Bento do Sul, relator o exmo. sr. des. Severino Nicomedes Alves Pedrosa, apelante Companhia Industrial de Móveis (CIMO) S. A. e apelado Berbert Tureck: "por votação unânime, conhecer da apelação e dar-lhe provimento, para reformar a decisão recorrida na parte que, apreciando o mérito, julgou improcedentes os embargos. Custas na forma da lei".

Apelação civil n. 3.980, de Florianópolis, relator o exmo. sr. des. Severino Nicomedes Alves Pedrosa, apelantes Alberto Müller e s/mulher e apelada Carmem Wendhausen de Brito: "por votação unânime, conhecer do recurso e dar-lhe provimento em parte, para reduzir a dívida da primeira hipoteca a cento e quatorze mil seiscientos e vinte e dois cruzeiros e cinquenta centavos e fixar os honorários de advogado em dez por cento, calculados sobre o principal e juros das duas hipotecas, determinando, outrossim, se procede à avaliação dos bens hipotecados, antes da realização da praça. Custas em proporção".

Oswaldo Fernandes, escrivão.

(5.384)

Edital n. 1.417

Aos vinte e sete dias do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e seis, nesta cidade de Florianópolis, em a Sala das Sessões do Tribunal de Justiça, onde se encontrava o exmo. sr. des. José do Patrocínio Gallotti, Juiz Semanário da Câmara Criminal, comigo escrivão abaixo assinado, aberta a audiência com as formalidades legais, procedeu-se a publicação dos seguintes acórdãos:

Recurso criminal n. 5.677, de Caçador, relator o exmo. sr. des. Maurílio da Costa Coimbra, recorrente Mário Sucupira Filho e recorrido dr. Juiz de Direito: "por maioria de votos, dar provimento ao recurso, para reformar a decisão recorrida e conceder o livramento condicional do recorrente, devendo o dr. Juiz de Direito determinar as condições a serem impostas. Sem custas".

Recurso criminal n. 5.668 de Tijucas, relator o exmo. sr. des. Maurílio da Costa Coimbra, recorrente dr. Juiz de Direito e recorrida Usina de Açúcar Tijucas S. A.: "por conformidade de votos, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a decisão recorrida. Sem custas".

Oswaldo Fernandes, escrivão.

(5.384)

Edital n. 3.429

Faço público que, de acordo com o art. 41, do decreto-lei n. 4.565, de 11 de agosto de 1942, que modificou o art. 370, do Código Civil, acha-se correndo prazo de cinco (5) dias; para preparo, na secretaria deste Tribunal, do seguinte feito:

Recurso de mandado de segurança de São José, recorrente José Elias Coelho e recorrida a Prefeitura Municipal de São José.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em 30 de julho de 1956.

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

(5.400)

Edital n. 3.428

De ordem do exmo. sr. des. presidente da Câmara Civil, turno público, que de acordo com o § 4º, do artigo 874, do Código de Processo Civil, serão julgados no dia 13 de agosto, os seguintes autos:

FÓRO DA CAPITAL

JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA — FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS

Edital de citação, com o prazo de trinta (30) dias

O doutor Waldemiro Cascaes, juiz substituto da 1ª Circunscrição Judiciária, no cargo de juiz de direito da 4ª Vara — Feitos da Fazenda Pública da comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital de citação, com o prazo de trinta dias, vierem, ou dêem conhecimento tiverem, que por parte de Marcolino de Jesus, brasileiro, casado, lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: Exmo. sr. dr. Juiz de direito da 4ª Vara: Marcolino de Jesus, brasileiro, casado, funcionário estadual aposentado, domiciliado e residente nesta Capital, por seu assistente judiciário, nomeado por v. excia., no pedido de concessão de justiça gratuita, vem pela presente, dizer e finalmente requerer o seguinte: 1º — Que é possuidor do imóvel constituído pela casa de madeira coberta de telhas de barro, em mau estado de conservação, situada à rua Gal. Vieira da Rosa, antigo rua Lajes, n. 190, nesta Capital, e o respectivo terreno, que mede 10,00 metros, de frente à dita rua, fazendo fundos às vertentes do Morro do Antão, extremado ao norte, com o prédio n. 196, de João Henrique da Silva e ao sul, com o prédio n. 188, de Bráulio Camilo Araújo. 2º — Que a posse do imóvel descrito foi havida pelo requerente por compra a Camilo Manoel do Nascimento, cuja posse por sua vez, foi adquirida em 15 de março de 1923, por compra a Hortêncio do Livramento Aducci. 3º — Que tanto a suplicante como seus antecessores sempre mantiveram posse pacífica e contínua do imóvel, sem interrupção, com "animus domini", e sem oposição de outrem. 4º — Que desejando o suplicante legitimar sua posse nos termos dos arts. 550 e 552, do Código Civil, o primeiro modificado pela lei n. 2.437, de 7 de março de 1955, requer a v. excia. se digne determinar sejam tomados os depoimentos das testemunhas abaixo arroladas, a fim de que seja justificada a posse do requerente e, em seguida, na forma do arts. 455, do C. P. C., citados os confinantes do imóvel, bem como o dr. representante do Ministério Público e o delegado do Serviço do Patrimônio da União, e, por editais os interessados incertos ou desconhecidos, para que no prazo da lei contestarem a presente ação de usucapião, e a acompanharem até sentença final, sob pena de ser julgada sua procedência e expedido mandado que autorize a respectiva transcri-

ção. Protesta-se provar o alegado com os depoimentos pessoais dos interessados e testemunhas, vistorias e quaisquer outros meios permitidos em direito. Valor da causa: Cr\$ 5.000,00. Nestes termos.

P. E. Deferimento. Florianópolis, 18 de junho de 1956. (Ass.) Estevan Fregapani, assistente judiciário. Ins. 553. Rol de testemunhas: 1ª — João Crisóstomo Paiva, casado, funcionário estadual aposentado, residente à rua Gal. Gaspar Dutra, n. 528, no Estreito. 2ª — Amador Gonçalves, casado, industrialmente aposentado, residente à rua Major Costa, n. 97, nesta Capital, ambos brasileiros, e comparecerão independentemente de intimação. Em a dita petição foi proferido o seguinte despacho: A. à conclusão. Fpolis., 16-6-1956. (Ass.) W. Cascaes.

Subindo os autos a conclusão, receberam o seguinte despacho: Designe o sr. escrivão dia e hora para a justificação, ciente o interessado e o dr. 4º Promotor Público. Fpolis., 18-6-1956. (Ass.) W. Cascaes. Sentença: Vistos, etc. Julgo por sentença a presente justificação, em que foi requerente Marcolino de Jesus, a fim de que produza os seus devidos e legais efeitos. Expeça-se mandado de citação aos confinantes do imóvel em questão, bem como ao diretor do Serviço do Patrimônio da União e ao dr. 4º Promotor Público, na qualidade de representante da Fazenda do Estado, e do órgão do Ministério Público, para todos, querendo, contestarem o pedido, no prazo legal. Outrossim, citem-se por edital, com o prazo de trinta (30) dias, os interessados incertos, citação essa que deverá ser feita de conformidade com o art. 453, § 1º, do Cód. Proc. Civil. Custas afinal. P. R. I. Florianópolis, 28 de junho de 1956. (Ass.) Waldemiro Cascaes, juiz substituto, em exercício na 4ª Vara. Cumpra-se. Florianópolis, 30 de junho de 1956. Eu, Vinicius Gonzaga, escrivão, o subscrevi. (Ass.) Waldemiro Cascaes, juiz substituto, no cargo de juiz de direito da 4ª Vara. Cqñfere com o original. O escrivão: Vinicius Gonzaga.

(5074)

REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Martinho Aurélio Bonetti e Maurina de Espindola, solteiros, domiciliados e residentes nesta capital. Ele, comerciante, nascido nesta capital, filho de Antônio Mário Bonetti e Lídia Maria Bonetti. Ela, doméstica, nascida em Arirui, filha de Laudelino Antônio de Espindola e Maria Silveira de Espindola.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Florianópolis, 30 de julho de 1956.

Maria de Lourdes Caldas, esc. jur. no imp. ocas. do oficial.

(2.804)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Eleazar Miguel do Nascimento e Lenita Manara Pereira, solteiros, domiciliados e residentes nesta capital. Ele, funcionário público estadual, nascido no Estreito, filho de Victor Pereira do Nascimento e Maria Elvira Martins. Ela, doméstica, nascida nesta capital, filha de Euclides Pereira e Olíndia Manara Pereira.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Florianópolis, 30 de julho de 1956.

Maria de Lourdes Caldas, esc. jur. no imp. ocas. do oficial (2.818)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Ramon Carlos da Silva e Odete da Silva, solteiros, domiciliados e residentes nesta capital. Ele, funcionário público estadual, nascido no Estreito, filho de Waldemiro Diogo Marcelino e Maria Luiza da Silva. Ela, doméstica, nascida no Estreito, filha de Claudino Bento da Silva e Maria da Silva.

— Zuri Mendonça e Heclí Rosa, solteiros, domiciliados e residentes nesta capital. Ele, médico, nascido nesta capital, filho de João José Mendonça e Maria Gomes Mendonça. Ela, doméstica, nascida nesta capital, filha de João Teixeira Rosa Júnior e Olga Luz Rosa.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Florianópolis, 31 de julho de 1956.

Maria de Lourdes Caldas, esc. jur. no imp. ocas. do oficial (2.81, 2.817)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Roberto João Baptista Régis e Maria de Lourdes Neves Ramos, solteiros, domiciliados e residentes nesta capital. Ele, comerciante, nascido nesta capital, filho de Cantídio Quintino Régis e Maria Carreirão Régis. Ela, doméstica, nascida no Rio de Janeiro, filha de Carlos Alberto da Silva Ramos e Deolinda Cândida Ramos.

— Renato Jorge e Dallelma Zomer, solteiros, domiciliados e residentes nesta capital. Ele, comerciante, nascido em Pilar do Sul, no Estado de São Paulo, filho de Francisco Jorge e Angelina Maria de Góes. Ela, comerciante, nascida nesta capital, filha de Getúlio Zomer e Clarice Amorim Zomer.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Florianópolis, 31 de julho de 1956.

Fernando Campos de Faria, oficial. (2.813, 2.819)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Ermi Faisca e Zara Carvalho Cardoso, solteiros, domiciliados e residentes nesta capital. Ele, funcionário público federal, nascido nesta capital, filho de Antônio Faisca e Olívia Gonçalves Faisca. Ela, doméstica, nascida em Laguna, filha de Jorge Cardoso e Maria de Carvalho Cardoso.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Florianópolis, 31 de junho de 1956.

Fernando Campos de Faria, oficial. (2.820)

JUIZADOS DO INTERIOR

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PALHOÇA

Edital de citação

O doutor Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito da comarca de Palhoça, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dêle conhecimento tiverem,

que por parte de Otávio João Rachadel, por seu assistente judiciário, o dr. Wilmar Philippi, lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: Petição. Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Palhoça, Otávio João Rachadel, brasileiro, casado, residente e domiciliado no lugar Praia de Fora, distrito de Enseada de Brito, desta comarca, por seu assistente judiciário, infra-assinado, vem com o devido respeito expor e requerer a v. excia., o seguinte: Que vem possuindo há mais de trinta anos, por si e seus antecessores, mansa e pacificamente, sem interrupção, nem oposição de qualquer espécie, um terreno situado no lugar Praia de Fora, distrito de Enseada de Brito, desta comarca, com 40 braças de terras de frente por 600 ditas de fundos, fazendo frente na Estrada Geral e fundos na Cachoeira Grande, extremando ao sul, com terras de José Davino Campos e ao norte com ditas de Aquino Dorval Espindola; Que no terreno em aprêço, o justificante fez um pasto e vem cultivando-o, plantando mandioca, milho, arroz, feijão, etc.; Que nestas condições, requer a v. excia., que, na forma do art. 455 e seguintes do Código de Processo Civil, se proceda em dia e lugar designados, com ciência do representante do Ministério Público, com o depoimento das testemunhas abaixo-arroladas, que comparecerão independentemente de intimação, citando-se por mandado os mencionados confrontantes, residentes nas vizinhanças do imóvel, por edital com o prazo de trinta dias os interessados incertos, para acompanharem os termos do feito até final, sob pena de revelia e para contestarem no prazo da lei, julgando-se afinal precedente a ação, expedindo-se o competente mandado para a transcrição no Registro de Imóveis da sentença que atribuir ao suplicante o domínio do referido terreno. Protesta-se pelo depoimento pessoal de quem queira contestar a ação, por inquirição de testemunhas, juntada de documentos, pericia e por todos os meios de prova permissíveis em direito. Dá-se a presente para efeito da taxa judiciária, o valor de Cr\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta cruzeiros), deixando de juntar o comprovante respectivo, por gozar o requerente da assistência judiciária. Nestes termos, p. deferimento. Palhoça, 2 de abril de 1956. (a.) Wilmar Philippi, assistente judiciário. Testemunhas: Lídio Vagner, brasileiro, viúvo, com 60 anos de idade, residente em Praia de Fora, desta comarca. Joaquim João Rachadel, brasileiro, casado, com 52 anos de idade, residente em Praia de Fora. Braulino Lopes de Campos, brasileiro, com 52 anos de idade, residente no lugar acima citado. A petição acima transcrita foi recebida, procedida e justificada, foi esta julgada por sentença do teor seguinte: Sentença. Vistos, etc. Julgo precedente a justificação produzida pelo requerente Otávio João Rachadel, para que surta os seus devidos efeitos. Citem-se o dr. promotor público e por mandado os confrontantes do imóvel. Para ciência dos interessados incertos, expõe-se edital na forma do art. 455, § 1º, do Código de Proc. Civil. Custas, afinal. Palhoça, 26 de junho de 1956. (a.) Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito. E, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, manda passar o presente edital, com o prazo de trinta dias, que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Palhoça, aos 23 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e seis (1956). Eu, Hélio de Oliveira, escrivão, o dactilografei e subscrevi. (a.) Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito. Está conforme o edital original, que afixei no local de costume, ao qual me reporto e dou fé. Data supra. Hélio de Oliveira, escrivão. (5111)

Edital de citação

O doutor Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito da comarca de Palhoça, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital

virem ou dêle conhecimento tiverem, que por parte de Guilherme Emiliano Pereira, por seu assistente judiciário o dr. Mário Laurindo, lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: Petição. Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Palhoça, Diz Guilhermino Emiliano Pereira, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado nesta comarca, no lugar Furadinho, pelo assistente judiciário, nomeado por v. excia.; Que vem possuindo há mais de trinta (30) anos, mansa e pacificamente, sem interrupção nem oposição, um terreno situado no lugar Furadinho, neste município, limitando-se a leste, numa extensão de 33 metros com terras da viúva José Caetano, a oeste também numa extensão de 33 metros com terras de Osmar João Medeiros, ao sul, numa extensão de 1.800 metros com terras da viúva José Caetano, ao norte a partir das terras da viúva José Caetano até a altura de 50 bargas com terras do requerente; dá até encontrar as terras de Osmar João Medeiros e ao oeste, com terras de Manoel Soares e como não possui nem tenha título de posse e domínio quer perante v. excia., regularizar os seus direitos sobre o referido imóvel pela ação de usucapião, com fundamento no art. 550, do Código Civil. Para dito fim requer a designação de dia, hora e lugar para a justificação exigida pelo art. 455, do Código de Processo Civil, na qual deverão ser inquiridas as testemunhas abaixo arroladas. Requer, outrossim, depois de feita a justificação, a citação pessoal dos atuais confrontantes, acima citados, bem como o representante do Ministério Público e por editais de 30 dias, dos interessados ausentes e desconhecidos, todos para acompanharem os termos da presente ação de usucapião, depois do prazo dos editais nos termos do art. 455, do Código Civil, § 1º e § 3º, por meio da qual deverá ser reconhecido e declarado o domínio do suplicante, sobre o aludido terreno ficando citados, ainda, para que no prazo legal, apresentem a causa até final sentença, sob as penas da lei. Protesta-se porvar o alegado com os depoimentos pessoais dos interessados e de testemunhas e vistorias. Pede deferimento. Palhoça, 26 de abril de 1956. (a.) Mário Laurindo, assistente nomeado. Testemunhas: Manoel Leopoldo da Rosa, Manoel Hermógenes Quadros, Antônio Gabriel, todos residentes no lugar Furadinho, neste município. A petição acima transcrita foi recebida, procedida a justificação, foi esta julgada por sentença do teor seguinte: Sentença. Vistos, etc. Julgo precedente a justificação produzida pelo reqte. Guilhermino Emiliano Pereira, para que surta os seus devidos efeitos. Citem-se o dr. promotor público e por mandado os confrontantes do imóvel. Para ciência dos interessados incertos, expõe-se edital na forma do art. 455, § 1º, do Cód. de Proc. Civil. Custas afinal. Palhoça, 21-6-56. (a.) Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito. E, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, manda passar o presente edital, com o prazo de trinta dias, que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Palhoça, aos 23 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e seis (1956). Eu, Hélio de Oliveira, escrivão, o dactilografei e subscrevi. (a.) Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito. Está conforme o edital original, que afixei no local de costume, ao qual me reporto e dou fé. Data supra. Hélio de Oliveira, escrivão. (5112)

Edital de citação

O doutor Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito da comarca de Palhoça, Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dêle conhecimento tiverem, que por parte de Braulino Lopes de Campos, por seu assistente judiciário, o dr. Ivo Silveira, lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: Petição. Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de

Palhoça, Braulino Lopes de Campos, brasileiro, casado, operário, residente e domiciliado no lugar Praia de Fora, distrito de Enseada de Brito, desta comarca, por seu assistente judiciário, infra-assinado, vem, com fundamento no art. 550, do Código Civil e art. 454 e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente ação de usucapião em que provará, mediante prévia justificação o seguinte: I — Que possui por si e seus antecessores, mansa, pacífica e ininterruptamente, há mais de trinta anos uma gleba de terras na localidade de Praia de Fora, distrito de Enseada de Brito, desta comarca, com 9 braças de frente e 700 braças de fundos, fazendo frente na Estrada Geral e fundos na Cachoeira Grande, extremando de um lado com Antônio Bernardo e do outro lado com terras de Valdir Vagner; II — Que na posse do imóvel acima descrito o suplicante edificou uma casa de moradia, onde habita com sua família, tem zelado pela sua conservação e mantém no referido imóvel plantações; III — Que é princípio corrente no Direito Civil Brasileiro que aquele que por trinta anos, sem interrupção, nem oposição possuir, como seu, um imóvel adquirir-lhe-á o domínio, independente de título e boa fé, que em caso tal se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a transcrição no Registro de Imóveis (art. 550, do Código Civil); IV — Nestas condições requer a v. excia., se digne de determinar dia, hora e local, para a justificação prévia, com ciência do órgão do Ministério Público, ouvindo-se as testemunhas constantes do rol abaixo, que comparecerão independentemente de intimação. Requer, também, que feita a justificação e julgada a mesma, se digne v. excia., ordenar, por mandado, a citação dos atuais confrontantes, residentes nas vizinhanças do imóvel e por edital, com o prazo de 30 dias publicado por três vezes no jornal "O Estado", e por uma só vez no "Diário da Justiça", dos interessados ausentes e desconhecidos, todos para contestarem querendo, a presente ação de usucapião, no prazo da lei, sob pena de revelia, julgando-se afinal provada a presente ação, expedindo-se o competente mandado para a transcrição no Registro de Imóveis desta comarca, da sentença que atribuir ao suplicante o domínio do imóvel descrito. Protesta-se por inquirição de testemunhas e demais provas admissíveis em direito, dando a presente, para efeitos fiscais o valor de Cr\$ 2.000,00, deixando de juntar o talão da taxa judiciária, por se tratar de assistência judiciária. Termos, em que pede deferimento. Palhoça, 25 de outubro de 1955. (a.) Ivo Silveira, assistente judiciário. Testemunhas: Antônio Bernardo da Silva, Otávio Rachadel e Josino Rachadel, todos residentes em Praia de Fora, distrito de Enseada de Brito, desta comarca. A petição acima transcrita, procedida a justificação, foi esta julgada por sentença do teor seguinte: Sentença. Vistos, etc. Julgo precedente a justificação produzida pelo requerente Braulino Lopes de Campos, para que surta os seus devidos efeitos. Citem-se por mandado o dr. promotor público, os confrontantes do imóvel. Para ciência dos interessados incertos, expõe-se edital na forma do art. 455, § 1º do Código de Processo Civil. Custas, afinal. Palhoça, 27 de junho de 1956. (a.) Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito. E, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, manda passar o presente edital, com o prazo de trinta dias, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Palhoça, aos 29 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e seis (1956). Eu, Hélio de Oliveira, escrivão, o dactilografei e subscrevi. (a.) Abelardo da Costa Arantes, juiz de direito. Está no local de costume, ao qual me reporto e dou fé. Data supra. Hélio de Oliveira, escrivão. (5113)

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO X

Florianópolis, 1º de agosto de 1956

NÚMERO 113

TERCEIRA LEGISLATURA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA

MESA

PRESIDENTE

PAULO KONDER BORNHAUSEN

1º VICE-PRESIDENTE

CLODORICO MOREIRA

2º VICE-PRESIDENTE

LIVADARIO NOBREGA

1º SECRETARIO

VOLNEY COLAÇO DE OLIVEIRA

2º SECRETARIO

ESTANISLAU ROMANOWSKI

SUPLENTE

MARIO OLINGER

JOAO CARUSO MAC DONALD

LIDERES PARTIDARIOS

U. D. N.

Líder: Laerte Ramos Vieira.

Vice-líder: Geraldo Mariano Günther.

P. S. D.

Líder: Lenpir Vargas Ferreira.

Vice-líder: Antônio Gomes de Almeida.

P. T. B.

Líder: João Colodel.

Vice-líder: Olívia Pedra de Caldas.

P. R. P.

Líder: Luiz de Souza.

Vice-líder: Livadário Nobrega.

P. S. P.

Líder: Enory Teixeira Pinto.

P. D. C.

Líder: José Henrique Ramos da Luta.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Seára

Seára, 1º de junho de 1956.
N. 148/56-ap.

Exmo. senhor presidente.

Tenho tido conhecimento da lamentável ocorrência que destruiu completamente o Palácio da Assembléia Legislativa de nosso Estado e, consoante noticiaram os jornais dessa Capital, que todo o arquivo e projetos em andamento foram igualmente destruídos; venho com o presente, renovar a v. excia. o envio da Lei Municipal n. 29, de 23 de agosto de 1955, que criou os Distritos de Caraiíba, Xavantina e Nova Teutônia, para a devida homologação.

Não tem esta Administração conhecimento se a referida Lei Municipal já havia sido homologada ou não, razão porque renovo a iniciativa a fim de facilitar a apreciação da mensagem em aprêço.

Valho-me da oportunidade para reitar a v. excia. e aos dignos membros dessa Corporação Legislativa, os protestos de elevado aprêço e consideração.

Atenciosamente:

(a.) **Biazio Aurélio Paludo**, Prefeito Municipal.

Exmo. Sr.

Dr. Paulo Konder Bornhausen, DD. Prefeito da Assembléia Legislativa do Estado.
Florianópolis — S. C.

LEI N. 29

Cria novos Distritos no Município de Seára.

O Prefeito Municipal de Seára:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que o Legislativo de creta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica criado o Distrito de "CARAIBA", neste Município de Seára, com sede na localidade de Linha Caçador, a qual passará a denominar-se "Caraiíba".

Art. 2º — O Distrito de "CARAIBA" terá as seguintes divisões:

Partindo da barra do rio Ariranhazinha, no rio Uruguai, sobe por aquele até aos lotes n. 549/550, cuja divisória segue até encontrar o travessão dos lotes n. 511 a 503, de um lado e 550 a 559, de outro lado. Segue então a linha divisória dos lotes n. 559/566, até encontrar o Lajeado Simon, pelo qual sobe até ao lote n. 571. Segue então o travessão dos lotes n. 571 a 579, de um lado e 582 a 580, de outro lado, continuando pela divisória dos lotes n. 579/178, até encontrar o Lajeado das Antas, pelo qual desce até sua barra no rio Ariranhazinha. Sobe por este até à barra do Lajeado Bordignon, pelo qual segue até a divisória dos lotes n. 243/244. Segue o travessão dos lotes n. 243/240, até a nascente do Lajeado "Tico-Tico", pelo qual desce até sua barra no rio Caçador. Desce o rio Caçador até a barra do Lajeado Jacu, o qual sobe até os lotes n. 467/468. Segue daí a divisória dos lotes n. 467 a 464, de um lado e 463, de outro lado; 463 a 461, de um lado e 453/459, de outro lado; 460/433, de um lado e 400 a 404, de outro lado; 432 a 428, de um lado e 409, de outro lado, até encontrar a cabeceira do Lajeado Nardino, na altura do lote n. 410. Desce o Lajeado Nardino até sua desembocadura no Lajeado Forquilha, pelo qual segue até ao travessão do Bloco n. 2, da Empresa Colonizadora Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. Ltda. Pela divisória dos lotes n. 14/16, segue uma linha seca que leva ao rio Engano, na altura do lote n. 20. Desce pelo rio Engano, até à barra do Lajeado Carlito, no lote n. 321, pelo qual sobe até ao travessão dos lotes n. 319 a 315, de um lado e 350 a 351, de outro lado; 310 a 304, de um lado e 314, 309, 307, 305, de outro lado 302 a 300, de um lado e 299, de outro lado; 295 e 294, de um lado e 300, de outro lado, até ao rio Caçador. Sobe o rio Caçador até ao travessão que se para os lotes n. 165, de um lado e 171/166, de outro lado. Segue este travessão até encontrar o Lajeado Gerônimo, pelo qual sobe até suas nascentes na altura do lote n. 164. Segue então a divisória dos lotes n. 163, 162, 157, de um lado e 156, de outro lado. Continua pela divisória dos lotes n. 153/152, atravessando o Lajeado Borboleta e seguindo o travessão dos lotes n. 153/152, 142/143, até encontrar o Lajeado Juca, na altura do lote n. 125. Sobe o Lajeado Juca até a divisória dos lotes n. 126/127, seguindo o travessão dos lotes n. 122/106, de um lado e 127 a 129, de outro lado, até tar na cabeceira do Lajeado Sítio, na altura do lote n. 41. Segue a divisória dos lotes 41 a 34, de um lado e 42a 46, de outro lado, até encontrar a cabeceira do Lajeado Perdido pelo qual desce até sua barra no rio Uruguai. Desce o rio Uruguai, até à barra do rio Ariranhazinha".

Art. 3º — Fica criado o Distrito de "NOVA TEUTÔNIA", neste Município

de Seára, com sede na localidade do mesmo nome.

Art. 4º — O Distrito de "NOVA TEUTÔNIA" terá as seguintes divisões:

"Partindo da barra do rio Irani no rio Uruguai, sobe por aquele até a barra do Lajeado Rosário, pelo qual segue até a divisa das Empresas Colonizadoras "Luce, Rosa & Cia." e "Rio Branco Ltda." segue por aquela divisa até encontrar o Rio Ariranha, pelo qual sobe até o Lajeado Pinheiro. Segue por este até suas nascentes, na altura do lote n. 183. Segue então o travessão dos lotes n. 183, de um lado e 187/186, de outro lado até dar nas nascentes do Lajeado das Antas, pelo qual desce aos lotes n. 178/579, cuja divisória segue até ao travessão dos lotes n. 589 a 582, por um lado e 579 a 571, pelo outro lado, até encontrar as nascentes do Lajeado Simon. Desce por este até aos lotes n. 566/559, cuja divisória segue até o travessão que separa os lotes n. 503 a 512, por um lado e 559 a 550 pelo outro lado, desce as divisórias dos lotes n. 549/550, até ao rio Ariranha, pelo qual desce até sua barra no rio Uruguai. Segue pelo rio Uruguai, até à barra do rio Irani".

Art. 5º — Fica criado o Distrito de "XAVANTINA", neste Município de Seára, com sede na localidade de Anita Garibaldi, que passará a denominar-se "XAVANTINA".

Art. 6º — O Distrito de Xavantina, terá as seguintes divisões:

"Partindo da barra do Lajeado Tupi, no rio Irani, sobe por aquele até sua cabeceira nas imediações do lote n. 24 do Bloco Santa Terezinha, por cujo travessão segue até encontrar a cabeceira do Lajeado do Pororó, no lote n. 25, do referido Bloco. Desce o Lajeado Pororó até sua barra no rio Ariranha. Sobe pelo rio Ariranha, até encontrar o travessão que separa os blocos "Morrassuti" e "Coronel Maia", pelo qual segue até a cabeceira da sanga Balbinot. Desce por esta sanga até sua desembocadura no Lajeado Tiradentes, pelo qual sobe até sua primeira sanga do lado direito e, por esta acima, até sua cabeceira. Toma então uma linha reta que vai alcançar um afluente do rio Ariranha (Lajeado Mosconi), pelo qual desce até sua barra no rio Ariranha. Este acima, até encontrar a divisa das Empresas Colonizadoras "Rio Branco Ltda." e Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.", divisa que segue até ao rio Irani. Desce o rio Irani até encontrar a desembocadura do Lajeado Tupi".

Art. 7º — A instalação dos Distritos ora criados será processada na conformidade da legislação em vigor, em data que for designada pelo Governador do Estado.

Atr. 8º — Esta Lei entrará em vigor após a devida aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Prefeitura Municipal de Seára, 23 de agosto de 1955.

(a.) **Biazio Aurélio Paludo**, Prefeito Municipal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER N. 12/56.

PROCEDENCIA: Prefeitura Municipal de Seára.

ASSUNTO: Lei Municipal que cria distritos.

RELATOR: Estivalet Pires.

1 — Pelo ofício n. 148/56, de 1º de junho transato, submete o Prefeito

Municipal de Seára, à apreciação desta Assembléia Legislativa a Lei Municipal n. 29, de 23 de agosto de 1955, que cria os distritos de Xavantina, Caraiíba e Nova Teutônia no município de Seára.

2 — Face ao disposto no art. 22, inciso X, da Constituição do Estado, cabe a esta Assembléia Legislativa aprovar as resoluções dos órgãos legislativos municipais sobre a incorporação, sub-divisão ou desmembramento de Municípios.

3 — A Lei Orgânica dos Municípios, em seu art. 81, estabelece:

"As leis que criarem distritos mencionarão:

I — o nome pelo qual deverão ser conhecidos;

II — a sede;

III — as divisões;

IV — a quota parte que lhe couber assumir na responsabilidade das dívidas do distrito originário".

4 — Pelo texto da Lei Municipal n. 29, de 23 de agosto de 1955, ora em exame, depara-se que as exigências legais foram cumpridas.

ASSIM SENDO opinamos pela aprovação da Lei Municipal n. 29, oferecendo à apreciação de nossos pares o incluso projeto de Lei.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de julho de 1956.

(a.) Estivalet Pires, relator.

PROJETO DE LEI N. 15—A/56

Approva Lei Municipal.

Art. 1º — Fica aprovada a Lei Municipal n. 29, de 23 de agosto de 1955, do Município de Seára que criou os distritos de XAVANTINA, CARAIBA e NOVA TEUTÔNIA.

Art. 2º — Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 5 de julho de 1956.

(a.) Estivalet Pires, relator.

Aprovado por unanimidade.

Sala das Comissões, 5 de 7 de 1956.

(aa.) **José de Miranda Ramos** — Presidente da Comissão.
Sebastião Neves
João Estivalet Pires
Luiz de Souza
Leckan Slowinski
Osni de Medeiros Régis
Frederico Gassenferth
Orlando Bértoli
Tupy Barreto.

Aprovado em 1ª discussão.

Sala das Sessões, 6-7-56.

(a.) **Volney Colaço de Oliveira** —

1º Secretário.

A Redação Final.

S. S., 9-7-56.

(a.) **Volney Colaço de Oliveira** —

1º Secretário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS

A Comissão de Redação de Leis apresenta a exame e aprovação a seguinte redação final ao

PROJETO DE LEI N. 15A/56

Approva Lei Municipal.

Art. 1º — Fica aprovada a Lei Municipal n. 29, de 23 de agosto de 1955, do município de Seára, que criou os distritos de Xavantina, Caraiíba e Nova Teutônia.

Art. 2º — Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-VII-56.

(a.) Clodorico Moreira, relator.

Aprovado o parecer.

S. C., em 16-7-56.

(aa.) Paulo Preis, presidente da Comissão, Frederico Gassenferth, Laerte Ramos Vieira, Clodorico Moreira

Aprovado.

Providencie-se a promulgação por parte da Mesa.

S. S., 18-7-56.

(a.) Volney C. de Oliveira, 1º Secretário.

Florianópolis, 18 de julho de 1956. Senhor Governador.

Tenho a honra de enviar a vossa excelência o original da Lei n. 1.496, de hoje datada, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa e Beneficente "Bloco do Chimarrão", com sede na cidade de Joinville.

Outrossim, segue anexa, a cópia da Lei n. 249, desta data, que aprova a Lei Municipal n. 29, de Seára, criando os distritos de Xavantina, Caraiá e Nova Teutônia.

Renovo a vossa excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a.) Paulo Koadler Bornhausen, presidente.

Ao excelentíssimo senhor doutor Jorge Lacerda, Digníssimo Governador do Estado. — Nesta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIÓ — ESTADO DE SANTA CATARINA

Serviço de Secretaria, em 22 de maio de 1956.

Ofício n. 54/56.

Exmo. sr.

Presidente e demais membros da augusta Assembléia Legislativa do Estado — Florianópolis.

Senhor presidente:

Apesar de saber vossa excelência ainda contristado e preocupado com o pavoroso incêndio que destruiu o colossal, artístico e histórico prédio da Assembléia Legislativa, apesar de saber que todo o arquivo foi devorado pelas chamas abrasadoras desse incêndio, portanto também o assunto que no momento quero focalizar; apesar de saber v. excia., atarefadíssimo com a instalação provisória da Assembléia no Teatro Alvaro de Carvalho, apesar disto tudo, não posso deixar passar esta oportunidade de apelar novamente à briosa Assembléia Legislativa do Estado, no sentido de serem enviados esforços, em conjunto com o sr. Governador do colendo Tribunal de Justiça, dessa Capital, para que esta edilidade, até hoje tão pouco reconhecida e favorecida pelos Poderes Públicos constituídos, seja elevada à categoria de Comarca. Havia nos arquivos dessa Egrégia Assembléia do Povo, cópia do processo que enviamos sobre a criação da Comarca, capeado pelo ofício n. 134/54, do qual anexamos ao presente cópia fiel, para maior orientação de v. excia.

O que ora pleiteamos não é um favor, é um ato de justiça, pois, muitas são as dificuldades que temos a enfrentar para nos desincumbirmos dos nossos compromissos e obrigações. Provavelmente é do conhecimento de v. excia. que a estrada que liga nosso Município ao de Rio do Sul se res-

sente muito com o tempo chuvoso, chegando mesmo a paralisar todo o trânsito. E a distância que nos separa da cidade de Rio do Sul, sede da comarca, é de cerca de 62 quilômetros.

Por estes e outros motivos é que estamos, neste momento, reiterando a v. excia. providências no sentido de converter esta edilidade em Comarca. Sabemos que Ituporanga, mereceu esta distinção, enquanto nós fomos relegados, postergados e esquecidos.

Temos absoluta certeza de que v. excia., jovem, brioso e dinâmico batalhador, enfrentará a batalha em nosso favor, contribuindo, desta maneira, para que o quanto antes possível vejamos convertida em realidade mais esta velha e justa aspiração.

Colho a oportunidade para expressar a v. excia. e ilustres companheiros nossos protestos de solidariedade bem como nossas cordiais saudações.

(a.) Walter Schmitz, Prefeito Municipal.

Ofício n. 134/54.

Serviço de Secretaria, em 18 de dezembro de 1954.

Senhor presidente:

Sinto-me honrado em poder apresentar-me perante vossa excelência e demais membros dessa nobre Casa, para comunicar-lhes que nesta data, estou dirigindo ao Tribunal de Justiça do Estado, um processo pleiteando o desmembramento do Município de Taió da Comarca de Rio do Sul, pelos motivos que abaixo vou expor:

O Município de Taió, com uma área de mais ou menos 1.004 K2, de superfície e uma população de 21.344, almas, constituídas na sua maioria de colonos, dista da atual sede da Comarca cerca de 62 quilômetros, sendo que a própria estrada de acesso intermunicipal, não está macadamizada em toda a extensão.

No interior do Município, possuímos 490 Ks., de estradas, todas de barro, pois não temos macadame à primeira mão. Estas estradas, sr. presidente são péssimas, sendo que, com qualquer chuva tornam-se escorregadias a ponto de não serem mais transitáveis, si não por cavalos e carroças.

Si as chuvas forem prolongadas tal qual aconteceu no ano em curso, o trânsito é interrompido totalmente, pois as mesmas tornam-se verdadeiras torrentes de lama, impossível de descrevê-las.

Mediante estas dificuldades, seria injusto criar comarcas em zonas favorecidas com boas estradas e distantes apenas 30 Kms., da Comarca originária, como aconteceu com Ituporanga e relegar Taió, com todos os fatores mencionados a castigá-lo cuja população tem que andar quilômetros e quilômetros a fim de satisfazer suas obrigações, ora em juízo ora nas repartições públicas e outras vezes no Cartório, etc.

Faço um apêlo veemente aos srs. deputados, para que, estribado no espírito justiceiro que lhes é peculiar, estudem o caso do nosso município com carinho e tomem a sua decisão nos moldes do amor do próximo.

Anexo, para esclarecimentos, os seguintes documentos; alusivos à criação de Comarca e dos Distritos de Ribeirão Grande e Rio do Campo:

a) anexos 1 e 1-A, comprovando a arrecadação das localidades que se pretende elevar a Distrito;

b) anexos 2 a 2-A, demonstrando a população de cada uma das localidades acima mencionadas;

c) resolução da Câmara de Vere-

dores, propondo a criação de Distrito naquelas localidades;

d) dados referentes aos últimos recenseamentos e situação demográfica do Município de Taió;

e) balanço geral do cartório de Paz de Taió, referente ao exercício de 1953;

f) quadro demonstrativo da receita desta Prefeitura, referente ao exercício em curso de 1954;

g) relatório da Delegacia de Polícia local;

h) quadro demonstrativo da receita do Estado no Município, referente ao exercício de 1953;

i) ofício da egrégia Câmara Municipal, dirigido a essa nobre Casa;

j) mapa do Município de Taió, com delimitação das localidades que se pretende elevar a Distrito, anexo também para os fins de Criação da Comarca.

Ao finalizar, consigno aqui, os meus sinceros agradecimentos, pela atenção que dignar prestar ao presente.

(a.) Walter Schmitz, Prefeito Municipal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

A mim me parece que o ofício, objeto deste parecer, deva ser arquivado, porquanto trata-se, apenas, de uma notícia de que a Prefeitura de Taió se dirigiu ao Tribunal de Justiça solicitando a criação da comarca de Taió. Isto é o certo, porque de acordo com o texto constitucional e a Lei Judiciária do Estado é da competência do Poder Judiciário a proposta da criação de novas comarcas. O apêlo constante do ofício feito ao Legislativo merecerá, por certo, a melhor acolhida na ocasião oportuna. Sala das Comissões, 5-7-56.

(a.) Sebastião Neves. Aprovado por unanimidade, comunicando-se à Prefeitura de Taió.

Sala das Comissões em 5 de julho de 1956.

(aa.) Miranda Ramos, presidente da Comissão. Tupy Barreto, Luiz de Souza, Lecian Slowinski, Osni Régis, Frederico Gassenferth, Orlando Bertoli.

Aprovado o parecer. Providencie-se.

Sala das Sessões em, 16-VII-56.

(a.) Volney Colaço de Oliveira 1º Secretário.

Florianópolis, 18 de julho de 1956. Senhor Prefeito.

Para conhecimento de v. excia., tenho o prazer de anexar ao presente, cópia do parecer exarado na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, pelo senhor deputado Sebastião Neves, no ofício oriundo dessa Prefeitura, relativamente à criação da comarca de Taió.

Cordiais saudações.

(a.) Volney Colaço de Oliveira, 1º Secretário.

Ao exmo. sr. Walter Schmitz, DD. Prefeito Municipal de Taió.

13ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 1956, AS 14 HORAS

(Continuação do número anterior)

O SR. HEITOR GUIMARAES — Já tivemos oportunidade de conver-

sar a respeito, mas eu estou em dúvida sobre a criação dessa Faculdade de Engenharia, em Joinville. O Governador do Estado nos nega um Ginásio, como nos dará uma Faculdade? Desde que conversamos a esse respeito, eu tenho dúvidas. Só mesmo depois de ver concretizado esse Ginásio, poderei acreditar na criação da Faculdade de Engenharia.

O sr. Laerte Vieira — V. excia. me permite um aparte?

O SR. HEITOR GUIMARAES — V. excia. tem o aparte.

O sr. Laerte Vieira — Eu não vejo razão para as dúvidas de v. excia. É justo que se trate de um instituto dessa natureza. O que não pode acontecer com a criação do Ginásio, A Faculdade é de interesse de ordem geral, e o Ginásio de ordem regional, ou local.

Eu quero fazer justiça, porque o deputado Tupy Barreto, como v. excia. tem se interessado na solução dos problemas do Município que representa. E neste particular, conta s. excia., como v. excia., com o nosso apêlo. Nós apenas temos que verificar a possibilidade de concessão, do Estado poder oferecer os benefícios a Joinville. Mas se o Estado já dispõe de vários estabelecimentos desse gênero, seria plausível pleitear-se a criação da Faculdade de Engenharia.

O SR. HEITOR GUIMARAES — Não sou contra a criação da Faculdade de Engenharia. Para mim e para do Povo de Joinville, seria uma grande vitória, a criação e instalação, naquela cidade, da Faculdade de Engenharia. Mas v. excia., não pode negar o direito que tenho de vir pleitear a instalação do Ginásio de Joinville, pois eu me limitei, durante todo o ano passado, a pleitear aquele benefício para a terra que represento. Mas se o sr. Governador não pode ou não quer instalar o Ginásio em Joinville, então que s. excia. faça o seguinte: declare com franqueza e com liberdade, que eu encerrarei o assunto. Quero obter uma resposta concreta. Os estudantes não podem ficar sem uma resposta definitiva. É essa a razão de ser da minha presença nesta tribuna.

O sr. Antônio Almeida — V. excia. poderia me informar se a Lei criando o Ginásio em Joinville já foi aprovada?

O SR. HEITOR GUIMARAES — A Lei foi aprovada há três anos, em 13 de agosto de 1953. Eu quero deixar aqui, a s. excia., o sr. Governador Jorge Lacerda, o meu apêlo para que providencie, com urgência, a instalação do Ginásio em Joinville, e que esse apêlo não seja esquecido, como foi na legislatura passada, que o sr. Governador Irineu Bornhausen, apesar das promessas, nada fez com relação ao Ginásio de Joinville.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Continua livre a palavra em explicações pessoais.

Ordem do Dia para a sessão de amanhã:

Discussão e votação do projeto de Lei n. 16/56, que autoriza a aquisição de uma área de terras, na vila de Macieira, no município de Caçador.

Discussão e votação do projeto de Lei n. 17/56, que autoriza a aquisição de uma área de terras, no município de Criciúma.

Está encerrada a sessão.